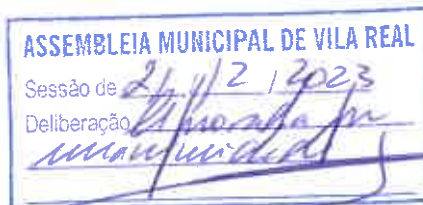




Assembleia Municipal de Vila Real



ATA NÚMERO SEIS

SESSÃO ORDINÁRIA

DE

08 DE SETEMBRO 2023

----- No dia oito de setembro de dois mil e vinte e três, no Grande Auditório do Teatro Municipal de Vila Real, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Real, sob a presidência do seu Presidente, João Manuel Ferreira Gaspar (PS), coadjuvado por Henrique de Matos Morgado (PS) e Maria de Fátima Gonçalves Mouriz Correia (PS), respetivamente Primeiro e Segunda Secretários. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: Maria João Filomena dos Santos Pinto Monteiro (PSD), João Paulo Gonçalves da Nóbrega (PS); Joana Costa Lopes Gonçalves Rapazote (CDS-PP), Rodrigo Silva Monteiro de Campos e Sá (PS), Almerinda Maria Machado Coutinho (PS), José Armando da Silva Alves (PSD), Ana Daniela Lourenço Alves (PS), Fernando Manuel Silveira Lopes (PS), José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo (PSD), Isabel Maria Moreira Arnaldo Teixeira (PS), Alina Maria Azevedo Sousa Vaz (PSD), Hugo Miguel dos Santos Afonso (PSD), Luís Daniel Perdigão Simões (PChega), Olga Marina Peixoto Cardoso (PS), João Luís Marques Rebelo da Silva (CDS-PP), Paulo Jorge Relvas Varela (PS), Ivo Miguel Fernandes Moreira (Presidente da Junta de Arroios -Mais e Melhor), Jorge Luís Jorge Maio (Presidente da Freguesia da Campeã- PS), João Filipe Magalhães Gonçalves (Secretário da Junta de Freguesia de Folhadela- PS), Paulo Alexandre Portela Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Guiães -PS), Mauro Miguel de Novais Tavares (Secretário da Junta de Freguesia de Lordelo-Amar Lordelo), Artur Ribeiro de Carvalho (Secretário da Junta de Freguesia de Mateus - PS), Félix Manuel Lourenço Salgado Touças (Presidente da Junta de Freguesia de Mondrões -PS), Paula Alexandra Gomes Gonçalves Teixeira (Presidente da Junta de Freguesia de Parada de Cunhos -PS), Maria do Rosário Leite Moura (Secretária da Junta de Freguesia de Torgueda – PS), Sandra Maria Guedes Teixeira Marcelino (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Marim - PS), Carlos Alberto Pitrez dos Santos (Presidente da União de Freguesias Adoufe/Vilarinho da Samardã - PS), José Armando Ribeiro de Sousa (Presidente da União de Freguesias de Borbela/Lamas d’Olo - PS), Francisco José Moreiras Nogueira (Presidente da União de Freguesias Constantim/Vale de Nogueiras- PS), Teresa Maria Verdelho Limoeiro Guedes (Secretária da União de Freguesias Mouçós/Lamares -PS), Ricardo Eduardo Portal do Nascimento (Secretário da União de Freguesias Nogueira- Ermida- PS), Maria Adília Barrias Clemente (Presidente da União de Freguesias de Pena/Quintã/Vila Cova - Sempre); Francisco Alcino Varandas Coutinho (Presidente da União de Freguesias de Justes – São Tomé do Castelo - PS), Francisco José Ferreira da Rocha (Presidente da Freguesia de Vila Real- PS). -----

----- **Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais.** -----

---- Pedro Fernando Leite Seixas da Silva (PSD), por José Armando da Silva Alves (PSD). ---

---- Maria José Félix Pinto Augusto Rebelo (CDS-PP), por João Luís Marques Rebelo da Silva (CDS-PP). -----

---- Carla Alexandra Ribeiro de Carvalho Martins (PS), por João Paulo Gonçalves da Nóbrega (PS). -----

Nuno Ricardo Meireles Gomes Durão Lopes (PS), por Isabel Maria Moreira Arnaldo Teixeira (PS). -----

--- André Miguel Sequeira de Sousa Abraão (PS), por Almerinda Maria Machado Coutinho (PS). -----

--- Octávio Martins Salgueiro (PS), por Paulo Jorge Relvas Varela (PS). -----

--- Gilberto Paulo Peixoto Igrejas (PS), não pediu substituição. -----

--- José Monteiro dos Santos (PS), não pediu substituição. -----

--- Luís Filipe Borges Brigas (Presidente da Junta de Freguesia de Abaças – PS), não se substituir. -----

--- Jorge Manuel do Souto Alves (Presidente da Freguesia da Andrães- PS), não se substituir. -----

--- José Maria Aires da Costa (Presidente da Junta de Freguesia de Torgueda- PS), por Maria do Rosário Leite Moura (Secretária da Junta de Freguesia de Torgueda- PS). -----

--- José Duarte de Carvalho Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Lordelo-Amar Lordelo), por Mauro Miguel de Novais Tavares (Secretário da Junta de Freguesia de Lordelo-Amar Lordelo). -----

--- Alberto Lopes Gonçalves da Mota (Presidente da Junta de Freguesia de Mateus - PS), por Artur Ribeiro de Carvalho (Secretário da Junta de Freguesia de Mateus - PS). -----

--- Paulo Jorge Teixeira Ferreira (Presidente da União de Freguesias Nogueira- Ermida- PS), Ricardo Eduardo Portal do Nascimento (Secretário da União de Freguesias Nogueira- Ermida- PS). -----

--- Manuel Adolfo Salgueiro Libório (Presidente da Junta de Freguesia de Folhadela- PS), por João Filipe Magalhães Gonçalves (Secretário da Junta de Freguesia de Folhadela- PS). -----

--- Hélder Albertino Carneiro Afonso (Presidente da União de Freguesias Mouços/Lamares -PS), Teresa Maria Verdelho Limoeiro Guedes (Secretária da União de Freguesias Mouços/Lamares -PS). -----

--- **Faltas injustificadas:** Não houve. -----

----- A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos. Pelos Senhores Vereadores do PS: Alexandre Manuel Mouta Favaio, Mara Lisa Minhava Domingues, Adriano António Pinto de Sousa, Carlos Manuel Gomes Matos da Silva, e pelos Senhores Vereadores do PSD: Luís Manuel Tão de Sousa Barros e Nataniel Mário Alves Araújo. -----

--- **Hora de abertura:** Às vinte horas e cinquenta e cinco minutos, constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão ordinária. -----

ORDEM DO DIA

1º Ponto - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º, do Anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2º Ponto - Aprovar a contratação de empréstimo bancário de Médio e Longo Prazos junto do Banco CGD até ao valor de € 14 500 000, para financiar o investimento “**Construção do Complexo de Piscinas do Codessais**”, nos termos dos artigos 49º e 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e nº 4 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 9 de agosto de 2023**).

3º Ponto - Aprovar a contratação de empréstimo bancário de Médio e Longo Prazos junto do Banco CGD até ao valor de € 1 700 000, para financiar o investimento “**Plano de Reabilitação de Arruamentos e Rede Viária nas Zonas Rurais**”, nos termos dos artigos 49º e 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e nº 4 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 9 de agosto de 2023**).

4º Ponto - Aprovar a celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Torgueda, para compartilhar financeiramente “*Melhoramento da rua das Flores, da rua da Fraga, da rua da Galega, da rua do Carvalhinho e da rua do Calvário em Meneses, e da Rua da Fonte Ribeira em Farelães*”, nos termos da alínea K) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 24 de julho de 2023**).

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO GASPAR):** - No uso da palavra, disse: Muito boa noite a todas e a todos, Senhores Deputados desta Assembleia Municipal, vamos iniciar os nossos trabalhos. -----

---- Começamos por cumprimentar a assistência que aqui se encontra, cumprimentamos também os órgãos de comunicação social aqui presentes, nomeadamente a UTAD TV, assim, como as Senhoras e os Senhores Deputados, o Executivo Camarário, aos Senhores Vereadores da oposição, aos elementos desta Mesa e, ainda, a todos aqueles que em suas casas nos dão o prazer de seguirem os nossos trabalhos, como habitualmente, os mais importantes desta reunião. -----

---- Pedia, mais uma vez, a todos os elementos presentes nesta Assembleia e todas as outras pessoas com o intuito de participar ou assistir a esta sessão deverão dar o seu consentimento por escrito, para a transmissão da sessão, para que tal seja exequível. ----

---- E, em tipo de nota de rodapé, mas em itálico e letra maiúscula tenho a informar que, entre nós, hoje, existem duas aniversariantes. Aqui a nossa Segunda Secretária, Maria de Fátima Mouriz e à funcionária da Assembleia Municipal, Maria João, a quem esta Assembleia dirige votos de parabéns e muitos anos de vida. Muitas felicidades e continuem durante muitos e muitos anos. -----

---- Tenho também a informar que as Atas anteriores ainda não estão completamente elaboradas, pelo que serão apresentadas em tempo oportuno, provavelmente na próxima Assembleia Municipal. -----

---- De seguida a Segunda Secretária vai dar conta do expediente recebido e expedido da Assembleia Municipal, no período de julho e agosto de 2023. -----

---- **A SEGUNDA SECRETÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (FÁTIMA MOURIZ)** agradeceu e disse: Da Câmara Municipal de Vila Real (vários convites);

- Serviço de Difusão de vários convites do Grémio Literário;
- **Outras entidades**
 - Sua Excelência o General Chefe do Estado-Maior do Exército, convite para a Cerimónia de Receção do Estandarte Nacional da 2ª Força Nacional Destacada para a Roménia, dia 11 de julho;
 - Do PCP da Assembleia da República acusar receção do Voto de Protesto da sessão de 28 de abril;
 - Do PCP, PSD e Primeiro Ministro da Assembleia da República acusar receção da Moção Iluminação Pública da sessão de 30 de junho;
 - Comunicação do XXVI Congresso da ANMP;
 - Do Vice-presidente da Câmara Municipal, Jornadas de Educação/ Receção à Comunidade Educativa 2023;

Expediente recebido/enviado

. Reunião da Comissão de Finanças (4/9/2023)

--- Toda a correspondência fica sempre ao vosso dispor para consulta no gabinete de apoio à Assembleia Municipal, se assim o desejarem, como já é do v/ conhecimento. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Passamos a informar que foram apresentados à Mesa da Assembleia Municipal de Vila Real um Voto de Pesar e um Voto de Louvor. -----

---- O Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Parlamentar Municipal do PS e subscrito por todas as bancadas com assento na Assembleia Municipal de Vila Real.-----

---- O Voto de Louvor emanado pelo Grupo Parlamentar Municipal do PSD e também subscrito por todas as bancadas com assento na Assembleia Municipal de Vila Real.-----

---- Apresenta Voto de Pesar o Senhor Deputado e Presidente da União de Freguesias de S. Tomé do Castelo e Justes. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL E PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS S. TOMÉ DO CASTELO E JUSTES (FRANCISCO COUTINHO - PS):** - No uso da palavra, disse: Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Doutor João Gaspar e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Vereador Alexandre Favaio, registo que não está o Senhor Presidente Rui Santos, Senhora Vereadora Mara Minhava e restante Vereação. Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhores Presidentes das Empresas

Municipais, Professor José Maria e Doutor Nuno Augusto, trabalhadores do Município e trabalhadores nesta Assembleia, caros amigos da roda ciclistas do Castelo Bike-teams de Vila Real também aqui presentes, a todos os presentes e também àqueles que assistem pela UTAD TV. -----

---- Voto de Pesar: -----

---- **«A Assembleia Municipal de Vila Real propõe um VOTO DE PESAR pelo falecimento do Senhor Luís Paulo do Outeiro Correia, tesoureiro da União de Freguesia de São Tomé do Castelo e Justes.** -----

---- *Luís Paulo do Outeiro Correia nasceu a 24 de setembro de 1974 na localidade de Leirós, freguesia de São Tomé do Castelo, e faleceu a 29 de agosto de 2023, aos 48 anos. Frequentou a Escola Primária de Leirós, a Escola Diogo Cão, a Escola Monsenhor Jerónimo do Amaral e a Escola Morgado Mateus. Após a escolaridade obrigatória dedicava-se ao ofício de Serralheiro, mas a sua grande paixão era a Natureza, em especial a floresta. Era proprietário de vários hectares de terrenos arborizados e conhecia cada metro e cada árvore como as suas próprias mãos.* -----

---- *Desde 2001, a nível autárquico, desempenhou sempre cargos relevantes, muito contribuindo para o desenvolvimento da freguesia que estava no seu coração. No primeiro mandato (2001-2005) como membro da Assembleia de Freguesia e nos mandatos seguintes como tesoureiro da Junta de Freguesia de São Tomé do Castelo, desde 2013 designada União de Freguesias de São Tomé do Castelo e Justes, Luís Paulo foi um exemplo de dedicação. Desde 2019 passou a desempenhar este cargo em regime de meio tempo, acompanhando diariamente todos os trabalhos da Junta.* -----

---- *O seu dinamismo, a vontade de fazer sempre mais em tudo o que abraçava (desde o desporto, o trabalho associativo na Associação Cultural e Desportiva de Leirós e na Castelo Bike Teams Vila Real, o trabalho autárquico, a colaboração sempre pronta e a sua presença) tornaram-no um modelo a seguir por todos os que têm paixão pela sua terra. -*

---- *Quem com ele teve a oportunidade de privar e de trabalhar admira-o, respeita a sua memória, reconhece-o como um homem de causas, um homem de bem, um homem sempre grato em tudo e um amigo sempre disponível.* -----

---- *Um simples momento, uma fração de segundos, bastou para silenciar as nossas vozes e fazer-nos prestar mais atenção ao coração. A consciência de cada um deve recordar-nos que a vida não está nas nossas mãos e que há muitas coisas fúteis que valorizamos no dia a dia, mas que de facto não valem a pena.* -----

---- *O Luís Paulo há dezassete anos que lutava, momento a momento, ao lado da sua esposa Ana Luísa, para proporcionar à filha, Maria, um futuro por ela escolhido. Ao iniciar este percurso no ensino superior, uns minutos após a matrícula, (um momento de enorme orgulho para os pais devido aos excelentes resultados escolares da Maria...), uma tragédia rodoviária ocorrida às 17h49 do dia 29 de agosto de 2023, ao Km 83.4 do IP2, na freguesia de Marialva, concelho de Mêda, surpreendeu-nos e deixou-nos chocados, sem palavras e ainda incrédulos.* -----

---- *Esta é a hora de reconhecemos publicamente o valor de Luís Paulo Correia!* -----



---- Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:
Aprovar o presente “VOTO DE PESAR” pelo seu falecimento; -----
Manifestar à família enlutada **as mais sentidas condolências**; -----
Observar um minuto de silêncio em sua homenagem. -----
Vila Real, 8 de setembro de 2023». -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Foi cumprido um minuto de silêncio. -----

---- Apresenta o Voto de Louvor o Senhor Deputado Hugo Afonso. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL HUGO AFONSO (PSD):** - No uso da palavra, disse: Senhor Presidente, em si cumprimentos os Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, público aqui presente e que assiste lá em casa, comunicação social funcionários do município, boa noite a todos. -----

---- Vou passar a ler Voto de Louvor: “Acolhimento no Concelho de Vila Real de peregrinos estrangeiros das Jornadas Mundiais da Juventude 2023”. -----

---- «As Jornadas Mundiais da Juventude são o maior encontro internacional de jovens com o Papa, e este ano decorreu em Lisboa, de 1 a 6 de agosto. -----

---- As Dioceses Portuguesas organizaram-se para acolherem, na semana que antecedeu as Jornadas Mundiais, peregrinos que chegam de todo o mundo. -----

---- As paróquias do concelho de Vila Real também se associaram à iniciativa e de 26 a 31 de julho, receberam 236 peregrinos vindos de França, Polónia, Colômbia, Nepal e Canadá.

---- O Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Vila Real propõe que esta Assembleia atribua um **Voto de Louvor e Reconhecimento a todos os voluntários que colaboraram com a estrutura organizativa, às famílias de acolhimento que receberam os peregrinos em suas casas, e a toda a equipa do Comité Organizador Diocesano da Jornadas Mundiais da Juventude em Vila Real, pelo espírito de missão e trabalho demonstrado durante a semana que antecedeu a realização das Jornadas Mundiais da Juventude em Lisboa, no apoio e auxílio aos 236 peregrinos estrangeiros que permaneceram no nosso concelho durante esse período.** -----

---- Pela capacidade que tiveram de conciliar a componente espiritual com a promoção turística do nosso concelho: na divulgação do nosso território, da nossa Cultura, da nossa Gastronomia, do nosso Património, das nossas Tradições, Usos e Costumes, transmitindo dessa forma a todos os peregrinos uma sensação do que é receber bem, desafiando-os a regressar a Vila Real, com as suas famílias e os seus amigos. -----

---- Este Voto de Louvor e Reconhecimento de ser enviado a Sua Excelência Reverendíssima D. António Augusto Azevedo, Bispo da Diocese de Vila Real, e a todas as paróquias do concelho de Vila Real.» -----

----- **DELIBERAÇÃO: Tomado Conhecimento**, do Voto de Louvor e de reconhecimento a todos os voluntários que colaboraram com a estrutura organizativa, às famílias de

acolhimento que receberam os peregrinos em suas casas, e a toda a equipa do Comité Organizador Diocesano da Jornadas Mundiais da Juventude em Vila Real. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: De seguida, vamos passar ao período de ordem dedicado a assuntos gerais da Autarquia e do Concelho. -----

---- Vamos dar a palavra à Assembleia, todos os Deputados podem colocar as perguntas ou fazer a sua intervenção política. O Senhor Presidente da Câmara, ou Vice-presidente responderá no final. -----

---- Estão abertas as inscrições para este período de uma hora sobre assuntos gerais. -----

---- Alguém quer usar a palavra neste período? Faça favor Senhor Deputado. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL HUGO AFONSO (PSD)** agradeceu e disse: Eu gostaria de formular duas perguntas ao Senhor Vice-presidente da Câmara, em substituição do Senhor Presidente. Se, entretanto, chegar também poderei repetir as perguntas, se o Senhor Vice-presidente não as souber responder. -----

---- A primeira tem a ver com o Monte da Forca. -----

----«O PSD de Vila Real denunciou em devido tempo a situação de insalubridade verificada nas instalações municipais do Monte da Forca e do seu impacto na prática desportiva. Em resposta o executivo socialista anunciou a realização de um protocolo com a Associação de Futebol de Vila Real/Federação Portuguesa de Futebol para a reabilitação do espaço. -

---- Na Assembleia Municipal de Junho, questionamos objetivamente o senhor presidente da Câmara Municipal de Vila Real com várias perguntas sobre este assunto, e particularmente fizemos esta questão: “...independentemente do acordo em curso com a Associação de Futebol, quando serão efetuadas as intervenções de manutenção mínimas e básicas nesta infraestrutura Municipal do Monte da Forca, de forma a torná-la digna à prática desportiva?” -----

---- Respondeu o sr. Presidente: “A manutenção dos campos, todos sem exceção, e também do monte da forca, são feitos antes no início da época desportiva e assim continuarão a ser feitos e também ali serão feitos nessa altura, antes de iniciar a temporada”. -----

---- Os Campeonatos Nacionais de Futebol já iniciaram o mês passado. -----

---- Confirma o senhor vice-presidente que, contrariamente ao assumido pelo senhor presidente nesta Assembleia Municipal em junho, não foi feita nenhuma manutenção do campo nem nas infraestruturas do Monte da Forca e do Calvário, já agora, desde essa data até hoje? -----

---- E até quando pretende este Executivo manter esta situação, que põe em causa a qualidade na prática desportiva de muitos jovens Vila-realenses? -----

---- A segunda questão tem a ver com a Loja ou Espaço do Cidadão. -----

---- Em janeiro do corrente ano, foi anunciado pela Junta de Freguesia de Vila Real o encerramento das instalações da Junta no Pólo da Nossa Senhora da Conceição, alegando como motivo a realização de obras de requalificação do espaço para a implementação do

Espaço do Cidadão. Aquilo que na altura se apelidou a segunda Loja do Cidadão e que até diríamos que viria primeiro do que a primeira Loja do Cidadão. -----

---- *Estas obras foram já concluídas em maio e, apesar do investimento ali efetuado, o espaço continua encerrado e sem prestar os serviços à população.* -----

---- *Gostaríamos de saber Senhor Vice-presidente:* -----

- *Qual o motivo para continuar encerrado o espaço cidadão, privando os cidadãos da utilização dos respetivos serviços?* -----

- *Há alguma data prevista para a abertura do espaço?* -----

---- Uma vez que, contrariamente aquilo que costuma ser a vossa resposta, que nos dizem que as obras terminam quando acabarem, aqui as obras à partida já estarão terminadas.

---- Gostamos de saber, efetivamente, quando é que está previsto a abertura do espaço. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhora Deputada, faça o favor. -----

---- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP):** - No uso da palavra, disse: Boa noite Senhor Presidente da Assembleia, na sua presença cumprimento todos os presentes, bem como, aqueles que nos assistem através da UTAD TV. -----

---- Eu gostaria de questionar o Senhor Vereador que se considere mais competente para me dar esta resposta, possivelmente o Senhor Vereador Adriano Sousa, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara não está cá, acerca da construção que está a ser feita, os aterros que estão a ser feitos nas mediações da Ribeira de Tourinhas, ali na Rotunda da Universidade. -----

---- Está uma zona de aterro contíguo ao MacDonald. Aquela zona é uma zona que era considerada uma zona de conservação; integrou o Polis; era uma zona de proteção; existe uma Ribeira com valor natural; existe uma galeria ripícola ao longo dessa Ribeira, ou seja, um conjunto de árvores da zona ribeirinha, que são características e são importantes para a qualidade da água, para a biodiversidade, para a ecologia e eu gostava de saber, apercebemo-nos todos que passamos por lá, se paramos e dermos uma certa atenção, apercebemo-nos que, por um lado, há um aterro que está a aproximar da zona da Ribeira e, por outro, há um conjunto de árvores que já foram cortadas. -----

---- Não sei se a resposta será: eram árvores que estavam doentes, no entanto, gostaríamos de perceber o que está a ocorrer ali, que tipo de intervenção está a ser feita, se aquilo está devidamente licenciado, se está a ser acompanhado pelos serviços municipais. Tratando-se aquela uma zona de conservação e de interesse. -----

---- Portanto, toda a zona da Ribeira é uma zona de proteção que nós gostaríamos de perceber o que é que a Câmara está a fazer para acompanhar e nos desse a informação o máximo possível o que é que vai acontecer ali. Muito obrigada. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e disse: Mais alguém quer usar da palavra, façam o favor. Não havendo mais ninguém que o queira fazer, daria oportunidade de resposta faça o favor. -----

----- O VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (ALEXANDRE FAVAIOS) agradeceu e disse: Antes de mais muito boa noite a todos. Permitam-me que comece por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimentar a sua Mesa, cumprimentar a Senhora e Senhores Vereadores. Caras e Caros Deputados. Presidentes dos Conselhos de Administração. A todos aqueles que assistem aqui e também lá por casa pela UTAD TV, que desde já agradecemos. Uma palavra também de gratidão e de reconhecimento aos funcionários do Município pela organização desta Assembleia Municipal. -----

---- Começar por responder ao Senhor Deputado Hugo Afonso, dizendo que provavelmente estará enganado. E estará enganado porque nós nos encontramos na Assembleia Municipal de Vila Real e não na Assembleia de Freguesia de Vila Real, são duas coisas mais ou menos distintas. -----

---- Está aqui o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Real que, certamente, poderá dar alguma explicação, se assim o entender. -----

---- No entanto, como sabe, certamente saberá, o espaço cidadão é da responsabilidade das Freguesias. Já existe um no nosso concelho, que está instalado, no caso na União de Freguesias de Mouços e Lames. Outros seguirão também em outras Freguesias que precisamente já demonstraram junta da AMA essa intenção, também formalizar candidatura à instalação do espaço cidadão. -----

---- Estou a ver aqui, por exemplo, Torgueda, é um dos espaços, mas outras seguirão. ----

---- Depois, Senhor Presidente de Junta de Freguesia, caso entenda por bem, prestar algum esclarecimento nesta Assembleia Municipal, agradecia. Portanto, se o quiser prestar, certamente em sede de Assembleia de Freguesia, local mais adequado, também o poderá fazer. -----

---- Quanto à questão do Monte da Forca, Senhor Deputado Hugo Afonso, existe algo que, realmente, aliás, existem duas coisas e não querendo ser muito incisivo, nem ser demasiadamente cáustico é um facto que, desde que anunciamos que o Monte da Forca iria ter intervenção, que a vossa preocupação tem sido manifesta, percebemos isso. -----

---- Deixe dar-lhe duas notas que me parecem relevantes. Primeiro isso não aconteceu. E sei eu bem por causa própria quando era Presidente de uma Associação Desportiva, que a articulação entre o Executivo e cada uma das coletividades era feita de uma forma, diria distante. -----

---- Nós, felizmente, está aqui nesta sala o anterior Vereador com o Pelouro do Desporto e também o atual, a nossa forma de trabalhar é em articulação com as próprias coletividades. -----

---- E, ao contrário do que disse, sublinho ao contrário do que disse: em primeiro lugar, no Campo do Calvário foi feita uma intervenção, foi feita uma manutenção articulada com

o Sport Clube de Vila Real, indo mais longe, do que aquilo que foi a primeira solicitação, até lhe posso dizer, que em breve vão avançar com uma proposta de instalação de um ginásio, precisamente, para que eles continuem a ter agregação no âmbito da Associação de Futebol de Vila Real, precisamente no Campo do Calvário e sublinho em articulação com o próprio Clube. -----

---- Relativamente ao Monte da Forca, o Sport Clube de Vila Real, enquanto utilizador maior daquele espaço, foi-nos dada a indicação de que preferiam, neste momento, poder avançar e aí onde têm radicado a sua atividade, avançar com a intervenção no Campo do Calvário mais profundo do que aquela que inicialmente prevista e, em seguida, sublinho para o Monte da Forca. -----

---- Mas, também aí, ao contrário do que diz, a manutenção tem sido feita. Aliás, se quiser terei toda a disponibilidade para o acompanhar e ver o estado da relva; ver aquisição, por exemplo, de mais uma máquina com capacidade indiferenciada para intervir no relvado, para ir precisamente ao encontro da solicitação do Sport Clube de Vila Real, para que a relva seja cortada ainda mais baixa. Porque efetivamente será uma vantagem competitiva também. -----

---- Fez-se essa aquisição, se quiser saber o valor da máquina são vinte e quatro mil euros, sensivelmente, mais iva. -----

---- Está a ser feita a intervenção, precisamente também, nesse mesmo relvado, para a sua compactação e para quando se avizinhar aquilo que será o inverno, certamente exigente, o relvado tenha melhores condições do que aquelas que tem. -----

---- Sim, o do Monte da Forca, o outro não necessita de manutenção e é da responsabilidade do Sport Clube de Vila Real, nesse caso, por delegação de competências. -----

---- Outra coisa que era muito estranha no Município, que era confiar que os clubes geriam e geriam bem, eram capazes de fazer essa manutenção. Mas também aí foi feita essa intervenção, no caso, no Campo do Calvário. Apenas está neste momento a aguardar, de acordo com a disponibilidade dos serviços e, também, o timing articulado com o Sport Clube de Vila Real, para fazer uma intervenção mínima, como disse, no Monte da Forca. -----

---- Mas, permita-me que lhe diga, e isso talvez seja o mais importante, o Campo do Monte da Forca não precisa de uma intervenção mínima, precisa de uma grande intervenção. E precisa há muitos anos. Bem, talvez há mais, mas se o Senhor Deputado diz há vinte, vamos admitir há vinte, porque com toda a certeza os problemas no relvado, os problemas de infiltrações no espaço, aquilo que era realmente o estado de degradação que aquele recinto tem, bem como a restante lembro-me cidade desportiva, acho que era essa a designação que era para existir efetivamente na zona do Monte da Forca precisa de muito. -----

---- Em primeiro lugar precisa de uma coisa, precisa de trabalho, precisa de empenho, precisa de encontrar os parceiros certos e, deixe-me dizer-lhe, se o Senhor Presidente assim permitir, sim, temos parceiros certos e, em breve, teremos, com toda a certeza, gosto em convidá-lo para a inauguração daquilo que será a Cidade Desportiva no Complexo Desportivo do Monte da Forca. -----

---- Relativamente à questão da Senhora Deputada Joana Rapazote, pedia ao Senhor Vereador Adriano Sousa que pudesse prestar algum esclarecimento, que assim entenda. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Faça o favor Senhor Vereador. -----

---- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (ADRIANO SOUSA)** agradeceu e disse: Cumprimento o Senhor Presidente e a Excelentíssima Mesa, Senhoras e Senhores Deputados. -----

---- Relativamente à questão da Senhora Deputada Joana Rapazote, a resposta é simples. ---- Fomos confrontados com uma obra ilegal e os serviços de fiscalização da Câmara Municipal atuaram imediatamente. Atuaram imediatamente, levantando o auto de contraordenação e procedendo ao embargo da obra. De seguida notificamos o infrator para proceder às diligências necessárias, tendo em vista a eventual legalização, caso for possível, caso não seja possível proceder à remoção das terras ilegalmente colocadas nesse espaço. -----

---- Neste momento, o processo está a decorrer, os prazos estão a decorrer. É isto que neste momento temos para informar à Senhora Deputada. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhora Deputada Joana Rapazote, faça o favor. -----

---- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP)** agradeceu e disse: Muito obrigada pela sua resposta. De facto, ainda bem que trouxemos esse assunto aqui. -----

---- Nota-se que é necessário estar atento ao que se está a passar na nossa cidade. -----

---- Eu questionava, referiu e gostaria que me explicasse essa questão “e se possível tornar legal o que foi lá feito”, eu perguntava o que isso significa na prática. Por um lado, para o espaço deve ser conservado e por o outro qual é a vantagem ou a desvantagem para quem comete uma ilegalidade de uma possível legalização de algo que não devia ter acontecido. -----

---- Portanto, explique-nos um bocadinho o detalhe, por favor, do que isso implica, do ponto de vista ambiental, da conservação, da ecologia. O que é que isso implica da eventual vantagem para quem comete uma infração e de que forma é que aquilo se pode tornar legal. Muito obrigada. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Faça o favor Senhor Vereador. -----

---- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (ADRIANO SOUSA)** agradeceu e disse: Senhora Deputada Joana Rapazote, ainda bem que me faz essa questão e aproveito para

esclarecer sobre estas questões que, por ventura, podem ser do desconhecimento da Senhora Deputada. -----

---- Como todos nós sabemos, nós temos em vigor o Código de Procedimento Administrativo. E o Código de Procedimento Administrativo significa que, numa eventual obra que seja feita de forma ilegal, a Câmara Municipal a primeira coisa que tem de fazer é embargar a obra. -----

---- E, depois, mandam as regras e manda a legislação que está em vigor, que tem que se notificar o infrator, no sentido de proceder à eventual legalização. Porquê? Não é por a obra ser ilegal que ela não pode ser legalizável. Eu posso começar uma obra num terreno que tem capacidade de construção e não ter licença, estou a fazer uma obra ilegal. -----

---- Se os serviços atuaram, embargaram a obra eu tenho de notificar o infrator para proceder à eventual legalização. Mau era, se a Câmara Municipal, perante uma obra que é passível de ser legalizada, decretasse a sua demolição. -----

---- Ora, neste caso, acontecesse a mesma coisa, acontece a mesma coisa e a eventual legalização acontece, pode acontecer a que pretexto? -----

---- Como a Senhora Deputada sabe, naquela zona ali há uma franja de terreno que é solo urbano, com capacidade construtiva. Esse solo urbano irá, no âmbito do projeto de loteamento, que será apresentado, e no âmbito do estudo de impacto ambiental, que está a ser elaborado, poderá vir a sofrer modulação. Modulação para acolher os edifícios que vão ali ser implantados. -----

---- Ora, se o eventual infrator nos mostrar evidências que, de facto, a terra que vai ali ser colocada, pode servir previamente para modelar o terreno, para uma futura urbanização, é óbvio que a Câmara Municipal não vai obrigar a retirar as terras, só porque foram colocadas ali ilegalmente e, depois, autorizar a colocar outra vez as terras lá, para proceder à obra de urbanização. Daí, eu referir de uma eventual legalização. Eu não estou a dizer se é possível legalizar, mas também não estou a dizer que é obrigatório retirar as terras de lá. Não sei se me consegui fazer entender, mas é isso que efetivamente está na génese dos procedimentos administrativos que estão a decorrer na Câmara Municipal. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente, faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RUI SANTOS)** agradeceu e disse: Eu só acrescentaria duas notas muito rápidas. Este é um procedimento normal e comum na Câmara Municipal. -----

---- Muitos cidadãos no Concelho de Vila Real construíram anexos ilegais, construíram infraestruturas múltiplas, nalguns casos, até fizeram construções completas de moradias e outras coisas. A Câmara, herdamos muitos processos destes, a Câmara levantou os autos quando se apercebeu disso, a fiscalização atuou, etc.. -----

---- Isso não implicou ou não implica automaticamente a demolição das infraestruturas, que as pessoas construíram sem licenças. -----

---- Se forem passivas de legalização são legalizadas, se não forem passivas de legalização é dada ordem de demolição, isso é uma prática comum. -----

---- Sobre este terreno em concreto, sublinhava que, na última reunião da Câmara Municipal, aprovamos o MasterPlan, isto é, uma ideia de intervenção para a construção de um parque urbano em tourinhas. Exatamente nas imediações do espaço que foi alvo de um aterro, até agora ilegal. -----

---- Portanto, foi aprovado por unanimidade e julgo que, se for possível encontrar financiamentos, nomeadamente através do fundo ambiental e outros, para a construção de um parque urbano naquela zona, que faça a ligação à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a todo o arvoredo que existe na Universidade, teremos ali uma faixa muito interessante em termos ambientais, ecológicos e também de lazer para toda a população de Vila Real. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhora Deputada Joana Rapazote, faça o favor. -----

---- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP)** agradeceu e disse: Muito obrigada pelos esclarecimentos. -----

---- Do ponto de vista da parte construtiva eles foram bastante esclarecedores, mas omitiu-se a parte fundamental, o que é o que aconteceu do ponto de vista ambiental, qual foi o impacto, tendo a Câmara anunciando, de forma sistemática, a sua preocupação com estes valores. -----

---- Eu pergunto, o que é que já aconteceu, qual foi o impacto efetivo, estas árvores porque é que foram cortadas, que ações houve em relação aos valores ambientais que foram afetados? -----

---- Portanto, uma questão é a ilegalidade da obra, que pode ser ou não transformada em legal. Daquilo que eu depreendi e percebi das palavras do Senhor Presidente da Câmara foi mais fácil ou poderá ser mais fácil agora legalizar, foi o que eu depreendi. Portanto, primeiro faz-se ilegal e, assim, acelera-se o processo. -----

---- Agora, da parte ambiental de valor da conservação do existente, previamente àquilo, houve alguma queixa à Administração Regional Hidrográfica, aquilo afetou, o que é que aconteceu do ponto de vista ambiental? -----

---- Essa questão em concreto não foi respondida. O Senhor Presidente respondeu e muito bem com o futuro, com o futuro MasterPlan se puder vir a fazer, se houver cabimento. –

---- Hoje, houve árvores, foram detetadas árvores cortadas, zona ripícola afetada, eventuais valores. Fez a Câmara o levantamento do que do ponto de vista ambiental foi afetado, o que é que tem de ser feito de imediato para remediar a situação? -----

---- Era esse esclarecimento em concreto que eu procurava. E penso que as pessoas lá em casa também estarão interessadas em ouvir. Muito obrigada. -----



----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente, faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Eu passarei a palavra ao Senhor Vereador Adriano Sousa. Mas, deixe-me dizer, Senhora Deputada Joana Rapazote, que não, não se faz ilegal para depois legalizar. -----

---- Eu não sei o que a Senhora Deputada faria, talvez fizesse isso, agora dizer que nós fazemos isso não corresponde à verdade, nem eu disse isso. -----

---- E quero que fique absolutamente claro e escrito em ata, que eu não disse isso. -----

---- Isso foi inferido pela Senhora Deputada de forma maldosa como é habitual. -----

---- Passo a palavra ao Senhor Vereador Adriano Sousa. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Vereador, faça o favor. -----

----- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (ADRIANO SOUSA)** agradeceu e disse: Eu retiro aqui duas palavras da Senhora Deputada. A Senhora Deputada referiu-se, se não foram danificados eventuais valores. -----

---- Ora, decorre daqui, nem a Senhora Deputada sabe se efetivamente que valores é que foram. Senhora Deputada o problema é que nós temos instituições que serão consultadas no âmbito deste processo. Eu posso-lhe dizer, Senhora Deputada, que nós neste momento estamos a responder à Comissão de Coordenação da Região Norte porque houve um cidadão, e bem, legitimamente denunciou a situação à Comissão de Coordenação. -----

---- A Comissão de Coordenação pediu esclarecimentos. Nós informamos a Comissão de Coordenação das diligências que tínhamos efetuadas para resolver esse problema. -----

---- Agora, como a Senhora Deputada de certeza saberá, não compete à Câmara Municipal, perante uma situação de um aterro em determinada zona ir quantificar os arbustos, as árvores, as ervas daninhas, que eventualmente estão lá e podem ter algum valor, mas que efetivamente se calhar não tem valor nenhum. -----

---- A Senhora Deputada também poderia dizer, está ali aquele valor, aquele e aquele que foram danificados, a Senhora Deputada colocava esse assunto por escrito e nós teríamos que responder. -----

---- Agora, não é num terreno que tem a sua classificação, a classificação de um determinado tipo de terreno, tirando o solo urbano, está classificado como reserva agrícola nacional e reserva ecológica nacional. E nesse caso, as entidades terão de ser consultadas no âmbito de um eventual processo de modulação de terrenos, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente. E nós faremos isso porque é obrigatório por lei. Não estamos aqui a escamotear nada, não estamos aqui a esconder nada, nós estamos a cumprir aquilo que, do ponto de vista administrativo, compete à

Câmara Municipal, que é, verificando-se uma situação ilegal, a Câmara Municipal atua, atua no estrito cumprimento da lei, como? Levantando o auto de contraordenação e embargando a obra e notificando o infrator para proceder a uma eventual legalização ou não, caso seja possível ou não seja possível. -----

---- É isso que do ponto de vista urbanístico que a Câmara Municipal tem de fazer. A Câmara Municipal agora não pode ir lá identificar alguns valores que estão lá, algumas giestas ou outra coisa qualquer que esteja lá e nós não sabemos se tem valor ou se não tem. -----

---- As entidades competentes é que irão pronunciar-se sobre essa situação, não é a Câmara Municipal, Senhora Deputada. Nós temos é que agir do ponto de vista administrativo. É a competência que a Câmara Municipal tem para fazer. Não sei se fui claro. Muito obrigado.

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhora Deputada Joana Rapazote, faça o favor. -----

---- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP)** agradeceu e disse: Entendendo, portanto, se a Câmara não tem a competência direta, faço a questão de outra forma: notificou ou informou às entidades com responsabilidade este incidente, por forma a que fosse investigado por quem de direito e por quem tem mais competência para o fazer? -----

---- Notificaram nomeadamente à APA deste evento? Comunicaram à APA esta ilegalidade e afetação da área? Porque se a Câmara não tem de forma direta essa responsabilidade de atuar, tem responsabilidade de supervisionar e de dar o devido andamento a situações que podem conferir, neste caso, uma redução do valor ambiental, ou uma eventual perda da biodiversidade, ou das árvores que lá estão, de um ato ilegal, que não seja da estrita competência da Câmara. -----

---- Pergunto: foram notificadas essas entidades por parte da Câmara? -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Vereador ou Senhor Presidente, faça o favor. -----

---- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (ADRIANO SOUSA)** agradeceu e disse: Ó Senhora Deputada, a partir do momento em que a Comissão de Coordenação tem conhecimento desta situação a Comissão de Coordenação, como a Senhora Deputada sabe, funciona como entidade coordenadora. E, como entidade coordenadora, consulta as entidades, que acha que tem competência na matéria. -----

---- Portanto, não vamos estar nós a informar a Comissão de Coordenação, a APA ou outra entidade qualquer, quando temos uma entidade que é a Comissão de Coordenação que é a entidade coordenadora e que, depois, espolta hoje as diligências necessárias junto das diversas entidades. -----

---- É assim que acontece quando nós temos processos de licenciamentos em que é necessário consultar diversas entidades, nomeadamente as infraestruturas de Portugal, a DRCN. -----

---- Quando há consultas a diversas entidades a Comissão de Coordenação funciona como entidade coordenadora, é ela que consulta, é ela que recolhe os pareceres e é ela que emite o parecer final. -----

---- Neste caso, estamos seguros que a Comissão de Coordenação não deixará de solicitar a quem de direito, informação sobre aquela situação. É isso que me apraz dizer. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Daria de seguida a palavra ao Senhor Deputado Francisco Rocha, faça o favor. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL E PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA REAL (FRANCISCO ROCHA):** - No uso da palavra, disse: Senhor Presidente, uma saudação especial para Vossa Excelência e também para toda a Mesa, uma saudação especial para o Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação, a todos os nossos colegas membros desta Assembleia, à comunicação social, à UTAD TV e a quem nos vê lá em casa. -----

---- Uma saudação também ao Senhor Deputado Hugo Afonso pela pergunta que dirigiu à Junta de Freguesia por via da Câmara Municipal. Acho que há maneiras bem mais expeditas para se perguntar o que quer que seja, em relação ao espaço do cidadão, conforme foi dito pelo Senhor Vereador Alexandre Favaio. -----

---- A Câmara Municipal nada tem a ver com a dinâmica ou da abertura ou do encerramento do espaço cidadão. Obviamente que a Câmara Municipal deu o seu apoio técnico na questão da obra, mas o Senhor Deputado também sabe que um espaço cidadão tem outras dimensões, para além daquilo que é a obra física. E deixe-me também dizer-lhe que, desde dois mil e treze, estou habituado na minha Assembleia de Freguesia a responder aos membros do PSD, a perguntas que fazem lá sobre a atividade da Câmara Municipal. -----

---- Hoje constatei que essa estratégia também se propaga para a vossa bancada porque, realmente, num espaço que é municipal fazem perguntas à Câmara Municipal sobre uma questão que é da Junta de Freguesia. -----

---- Também quero-lhe dizer, de uma forma muito concreta, se tivesse conversado com o membro da Assembleia aqui a representar o CDS-PP perceberia que todas as explicações em relação à ainda não abertura do espaço do cidadão, têm sido prestadas em sede de Assembleia de Freguesia e não tem sido escondido nada. -----

---- Como sabe, se tivesse perguntado também aos seus elementos, aos seus companheiros de partido que têm assento na Assembleia de Freguesia, ficaria a saber que, mesmo na última Assembleia em junho, foi dito que dos cinco funcionários que fazem parte do mapa da Freguesia, três estão de baixa médica, também estamos em período de férias. -----

---- Portanto, é muito natural que as duas componentes que faltam para se dar início à atividade do espaço cidadão, que é a requalificação dos recursos humanos, e, por outro lado, também a questão da formação, estão ainda pendentes da nossa articulação entre a Junta de Freguesia e a AMA que é a entidade responsável e que coordena a nível nacional os espaços cidadão. -----

---- Também lhe quero dizer, com toda a frontalidade, que ninguém tem nenhum prazer absoluto em fazer investimentos físicos, faltam exatamente as outras dimensões e, depois, não os pôr ao serviço da nossa comunidade. -----

---- Portanto, aquilo que lhe quero dizer é que estamos a trabalhar, rapidamente, para que se possa superar isso. Não consigo, se o Senhor Deputado me conseguir dar uma ideia, como é que se obriga alguém que está de atestado médico a vir trabalhar, para que, realmente, se possa garantir que essa mesma atividade possa ser recuperada, sem afetar o atendimento que temos em dois outros polos, se tiver essa varinha mágica, eu fico-lhe mesmo muito agradecido. -----

---- Em relação ao prazo, pois vamos ver se conseguimos o mais rapidamente possível. ---

---- Mas também lhe quero dizer uma última nota, Senhor Deputado. Nós lá não estamos a pagar renda, portanto, pode ficar descansado. -----

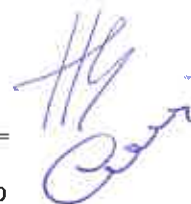
---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Deputado, faça o favor. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL HUGO AFONSO (PSD)** agradeceu e disse: Eu gostaria de começar pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Real que teve o gosto também, pela primeira vez, desde que começamos este mandato vir aqui falar a responder a um Deputado Municipal, que fez uma pergunta ao Executivo. -----

---- Mas vou começar pelo Senhor Vice-presidente da Câmara, para o assunto não ficar esquecido, porque tanto uma questão e uma resposta a uma pergunta como à outra, entronca aqui em uma coisa que o Senhor Vice-presidente disse que eu estava enganado.

---- Eu acho que não estou enganado, o Senhor é que pode estar desenquadrado um bocadinho com a realidade. E porquê? Eu não estou enganado quando nós estamos a falar do assunto do Monte da Forca, não foi desde que o PS se lembrou do Monte da Forca. E se hoje estamos a falar do Monte da Forca é porque alguém fez o Monte da Forca porque passados vinte ou trinta anos há problemas no Monte da Forca. É uma infraestrutura que foi efetivamente construída na devida altura, que já não foi feita para estar vinte anos nas mesmas condições e que haveria necessidade de intervir. Mas essa responsabilidade, mas vocês é que não se podem enganar, já estão num exercício do poder autárquico há dez anos. E o que é que fizeram lá? Nada. E não pode estar agora a dizer aqui que já há vinte anos necessita de uma intervenção. Está bem, mas nos últimos dez o que é que se fez lá? Nada. -----

---- Eu disse na minha intervenção, a pergunta de junho foi muito objetiva, hoje também foi objetiva: qual foi o investimento? Já percebemos que compraram uma máquina e que



andam ali com uma máquina para alisar a relva. Mas não é isso que está prometido, não é isso que é necessário. -----

--- A mim apetece-me fazer uma pergunta que é: quando é que o Senhor foi pela última vez aos balneários quer do Monte da Forca, quer do Calvário? Se o Senhor tivesse um filho na idade, se calhar, de muitos que estão aqui incluindo eu, a praticar futebol e se tivesse de tomar banho no final do jogo, o seu filho ia lá tomar banho naquelas condições? Pense nisso porque não sou eu que estou enganado. E muita gente tem os filhos lá, diariamente a treinar e a jogar ao fim de semana que se vêm confrontados com estas questões. E a responsabilidade não é de quem fez a obra há vinte ou trinta anos é de quem está no exercício das funções agora, que tem que intervir e não é estar permanentemente a dizer que se fez e que se fez alguma coisa de acordo com a Vila Real. --- Vocês têm que perceber que a infraestrutura é uma infraestrutura municipal, é como se hoje aqui estivesse a chover, o Município tinha uma obrigação de intervir neste espaço, como amanhã, se for no Museu, num espaço qualquer que seja municipal, é uma infraestrutura municipal. Há essa responsabilidade que vocês têm que assumir e por isso é que não aceito que me diga, eu é que estou enganado. Se alguém está enganado não sou eu certamente. -----

--- Segunda questão: já percebemos pela sua resposta que vai na linha daquilo que é as respostas habituais do Senhor Presidente. -----

--- E o Senhor Presidente da Junta de Vila Real também já vai um bocadinho nesta onda. Nós fazemos uma pergunta e diz: olhe, o senhor está enganado, isso é na Junta de Freguesia que se discute. Quer dizer, quando se fala, quando o Executivo anuncia aqui que se vai fazer o espaço de cidadão na Freguesia de Vila Real é aqui que se fala ou nas intervenções, ou no dia do município ou que quer que seja. Quando fazemos uma questão: olhe não está aberto qual é o motivo? Você está enganada, você tem de perguntar isso com os seus colegas ou aí atrás está aí um da Junta de Freguesia pergunte-lhe. -----

--- Não é assim, vocês não nos dizem onde é que a gente vai perguntar e é por isso que eu digo: estão enganados, vocês é que estão enganados, porque nós temos legitimidade para perguntar neste espaço, o espaço cidadão, que eu saiba, terá oportunidade de me corrigir, não é para os Fregueses de Vila Real. Se vierem Fregueses de Mouços, não é por ter um espaço cidadão em Mouços que não vêm aqui a Vila Real ao espaço cidadão. ----

--- Portanto, isto não é um assunto exclusivo da Freguesia de Vila Real porque o espaço é municipal, e, portanto, acabamos por não perceber. Efetivamente, já percebemos que o Senhor Presidente da Junta também dizia que eu é que estava enganado, que lhe desse a solução para resolver o problema das pessoas que estavam de baixa médica. Eu contive-me, mas tenho que lhe dizer aqui, o problema da Junta de Freguesia, pelos visto é o mesmo problema que este Executivo, que é falta de planeamento. -----

--- Então vão ter uma obra e estão dependentes de pessoas que podem estar de baixa médica, de licença de maternidade, é assim? É assim que se faz uma gestão? Então o serviço está fechado porque as pessoas estão de baixa médica? Se as pessoas estiverem

de baixa médica dez anos, o espaço não vai abrir? É este tipo de coisa que eu acho, enfim, é muito folclore, é muito “espalhafate”. Gastou-se ali o dinheiro, as pessoas não têm o serviço e agora estamos à espera que os funcionários regressem dos períodos de baixa que naturalmente têm direito. E é neste estado de coisas que vamos andando, o tempo vai passando, estamos no meio do mandato e há uma coisa que é certa, o Senhor Presidente da Câmara, ouve com desgosto, aquilo que lhe vou dizer: não tem uma obra que possa inaugurar até ao final do mandato, não vai ter, não tem. Nem a Loja do Cidadão da Senhora da Conceição, pelos vistos vai ter, se estiverem de baixa dois anos acabou o seu mandato. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Eu daria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para direito de resposta, faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Eu peço desculpe, antes de mais, porque há pouco cometi uma incorreção. Devia ter começado a minha intervenção, pedindo desculpa à Assembleia por ter chegado ligeiramente atrasado, por questões de âmbito pessoal fizeram com que não pudesse estar aqui a horas desde o início da Assembleia Municipal. -----

---- Quero cumprimentar todas as Senhoras Deputadas Municipais e todos os Senhores Deputados Municipais, bem como a Senhora e os Senhores Vereadores. -----

---- Cumprimento também o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e os elementos da Mesa e todos aqueles que assistem a esta Assembleia Municipal no Teatro de Vila Real, mas também que acompanham a Assembleia Municipal através da UTAD TV. -----

---- Eu vou, com ajuda do Senhor Vereador Alexandre Favaio, mas depois também o Senhor Deputado Francisco Rocha, se quiser acrescentar algo, eu agradeço. -----

---- Sobre o Monte da Forca: o Monte da Forca foi uma opção errada do anterior Executivo. Foi uma opção errada que muito mal fez ao Vila Real. Levaram o Monte da Forca para a entrada da cidade, um campo, um estádio na altura não era um campo de treinos. O que lá está feito é um campo de treinos não é o estádio que era para ser feito no Monte da Forca. Levaram-no para a entrada da cidade e foi talvez a maior facada que deram ao Sport Clube de Vila Real, porque tornou difícil, à época, assistência dos jogos naquele espaço. Aquele espaço era muito ventoso, afastou os adeptos do clube. E, portanto, isso não é nada do que você se possa orgulhar, ou o PSD se possa orgulhar ou o Executivo anterior se possa orgulhar porque fizeram este investimento e a seguir abandonaram-no porque perceberam que tinham feito uma asneira. E abandonaram-no ao ponto de, quando nós chegamos à Câmara Municipal, o Campo do Monte da Forca era o que hoje existe, em muito mau estado, mas tudo o que estava à volta do campo estava num autêntico caos. -----

---- Sabe quanto gastamos para normalizar a situação que lá estava? Mais de trezentos e cinquenta mil euros. Mais, construíram um pombal num terreno que não era da Câmara Municipal, tivemos que comprar o terreno para resolver a situação daquele espaço que

estava construído de forma ilegal, num terreno que era do Senhor Engenheiro Simões, portanto, estamos perfeitamente à vontade. -----

--- Pergunta: quanto é que gastamos no Monte da Forca? Olhe, mais de trezentos e cinquenta mil euros. Esses trezentos e cinquenta mil euros tinham dado, por exemplo, para mudar o relvado do Monte da Forca. Mas tivemos que os gastar, porquê? Eu vou contar a história. -----

--- Quando conto a história, o Senhor Deputado Hugo Afonso diz-me, lá vem você com as questões..., é que os meios não são ilimitados e a história tem desperdícios. -----

--- Olhe, fizeram três projetos para piscinas, três, meteram-nos todos na gaveta. Um dos projetos era para construir as piscinas no Campo do Calvário e, com essa ideia de construir as piscinas no Campo do Calvário, iam destruir o Calvário e resolveram fazer um campo de relva sintética no Monte da Forca. Destruíram toda a infraestruturas à volta do Campo, abandonaram a obra e deixaram aquilo um caos. -----

--- Não construíram o campo, entregamos quatro milhões de euros que podíamos ter usufruído para construir as piscinas, isto é, não executamos esses quatro milhões de euros e gastamos mais de trezentos e cinquenta mil euros, para regularizar uma situação que lá deixaram. E, depois, governar é escolher e nós escolhemos. Escolhemos cumprir aquilo que eram as nossas promessas. E a minha primeira promessa, a nossa primeira promessa foi reabilitar o Campo do Calvário, onde nasceu o Vila Real, onde os Vila-realenses se identificam. -----

--- E foi isso que fizemos e fizemos um grande investimento no Campo do Calvário, o Campo do Calvário foi reabilitado, tivemos depois um azar com a queda de uma grua. Voltamos a reabilitar o Campo do Calvário. -----

--- O processo está em Tribunal, vamos ver se somos ou não ressarcidos do dinheiro que, entretanto, tivemos que investir pela segunda vez. Reabilitamos o Campo do Abambres. A Diogo Cão passou a ter um Campo de relva sintética e no último mandato reabilitamos também o Campo do Cruzeiro em Constantim. -----

--- Vila Real tinha zero infraestruturas com campos de relva sintética. Os filhos de todos nós treinavam na lama, treinavam no pó. Eram, claramente, as piores instalações do Distrito de Vila Real e resolvemos essas questões todas. Não é possível resolver tudo em todo o lado ao mesmo tempo. -----

--- Estamos agora com um projeto em parceria com a Federação Portuguesa de Futebol a tratar da reabilitação do Monte da Forca. Não é só a reabilitação, mas a expansão das infraestruturas desportivas do Monte da Forca. Isso exige um projeto, exige uma negociação, vocês sabem que nós estamos a fazer essa negociação, sabem que estamos a fazer esse projeto, a obra há- de aparecer e há- de nascer. -----

--- E remato só, dizendo o seguinte: Vamos inaugurar em outubro ou novembro a reabilitação do Pavilhão da Diogo Cão. Eu sei que isto vos custa e, sabe, este ano vamos inaugurar o Centro de Proteção Civil, como inauguramos um conjunto enorme de infraestruturas que foram feitas, quer no mundo rural, quer no espaço urbano. Basta ver a reabilitação por toda a cidade, foi alvo e está a ser alvo. -----

---- Milhões houve no tempo do Polis e sabe o que é que fizeram? Mandaram-os ao ar, muito desse dinheiro mandaram ao ar. -----

---- Sabe, o Engenheiro Sócrates tem coisas boas e coisa más, com certeza. Mas foi, com certeza, aquele que mais investiu no Distrito de Vila Real. O Primeiro-Ministro que mais investimento fez no Distrito de Vila Real. Isso custa-lhe porque teve um Primeiro-Ministro que a única coisa que fez, e foi Presidente da Assembleia Municipal de Vila Real, foi fechar serviços e tirar daqui coisas no Distrito de Vila Real. -----

---- Não venha cá com isso, que para mim não é nenhum complexo, Senhor Deputado. Não é nenhum complexo. Tenho muito orgulho daquilo que foi feito. Olhe, lembro-me da A4, da A24, o Túnel do Marão, um conjunto de infraestruturas no âmbito social, o Polis foi ele enquanto Ministro do Ambiente, etc., etc.. A troika foi porque vocês quiseram que viesse cá a troika, sabe quem disse: foi um Senhor que se chama Lobo Xavier, que disse num programa com uma vasta audiência, disse: a direita quis que a troika cá viesse. Mas, isso é outra questão, não é isso que vamos aqui discutir. -----

---- Quando quiser discutir isso tenho todo gosto de ter essa conversa consigo. Como lhe disse, teve coisas boas e más, mas no Distrito de Vila Real e no Concelho de Vila Real, pode ter a certeza absoluta, que os Vila-realenses têm memória. -----

---- Eu ganhei as eleições em dois mil e treze. Ganhamos com sessenta e quatro e meio por cento em dois mil e dezassete. Agora ganhamos vinte Juntas em vinte. Ganhamos a Assembleia Municipal, ganhamos a Câmara Municipal porque os Vila-realenses reconheceram o nosso trabalho. E vão continuar a reconhecer. Você pode dizer o que quiser, mas aquilo que diz não adere à realidade, o caminho vai continuar a ser esse. -----

---- Para terminar, vou dizer-lhe uma coisa, as eleições de Vila Real são as eleições do Vila Real, a Câmara Municipal não se meteu nelas e vamos continuar a não nos meter nas eleições do Vila Real. -----

---- Ao contrário daquilo que Vossas Excelências fizeram e fazem e querem agora transportar para esta Assembleia Municipal aquilo que foram os vossos problemas nas eleições do Vila Real. Comigo não contem para isso. -----

---- Depois, espaço cidadão: eu não sei quando anunciei o espaço do cidadão, eu anunciei a loja do cidadão. Já está inaugurada, já está a funcionar, já teve mais de cinquenta mil atendimentos. Anunciei a loja do cidadão, o espaço do cidadão não foi aqui anunciado. -

---- Daquilo que eu lhe surgiria é que, se não tem confiança nos elementos que foram eleitos pelo PSD para a Assembleia de Freguesia, proponha que eles se demitam e vá lá você substituí-los e, assim, discute com o Presidente de Freguesia da Cidade as questões da Junta de Freguesia. Acho que isso é o que é o normal e é o razoável. -----

---- O espaço do cidadão é um espaço da Junta de Freguesia, a Câmara Municipal apenas deu o apoio técnico à construção da infraestrutura. E, já agora, o Senhor Presidente da Junta não precisa, com certeza, da minha defesa. Mas deixe-me dizer-lhe, sabe que na administração pública não são tudo “rosas”; na universidade, quando um professor está doente, às vezes não há aulas; no secundário, quando um professor está doente, às vezes não há aulas, há processos que se atrasam; na Câmara Municipal temos dificuldade

porque temos funcionários que, de vez em quando, apresentam atestados médicos, de vez em quando faltam por diferentes motivos, há dificuldades; os recursos não são ilimitados, os recursos humanos, os recursos financeiros, os recursos técnicos, os recursos materiais não são ilimitados; a Junta de Freguesia tem quatro ou cinco funcionários, se tinha pensado em dois ou três, formá-los e pô-los a fazer esse serviço, não vai “num estalar de dedos”, até porque, se houvesse capacidade de contratação, a contratação da administração pública demora meses e meses, não vai “num estalar de dedos” substituí-los. E, provavelmente, nem terá possibilidade de substituição porque as pessoas estão doentes e quando regressarem voltam a usufruir do seu salário. Os recursos não são ilimitados, isso mostra bem a vossa impreparação absoluta para fazerem a gestão pública. Não têm ideia nenhuma disto e como não têm ideia nenhuma disto dizem estas coisas. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Faça o favor, Senhor Vereador. -----

----- **O VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (ALEXANDRE FAVAIOS)** agradeceu e disse: Eu não vou tomar muito tempo, até porque o Senhor Presidente já disse algumas das coisas, mas não ficaria de bem com a minha consciência, se não dissesse aqui mais algumas duas ou três notas. -----

--- E, em primeiro lugar, lamentar porque tinha franca expectativa naquilo que seria a postura do Senhor Deputado Hugo Afonso, nesta Assembleia e, quando ele contra a demagogia, mas depois parece-nos um profissional nela. Em psicologia existe uma frase que é comportamento gera comportamento. -----

--- E, portanto, para uma atitude demagógica, vamos então às atitudes demagógicas. Efetivamente sabe do que devíamos ter vergonha era quando os filhos de muitos dos que aqui estão, estavam, por exemplo, no Campo de Escariz, dentro de balneários com gaz, sem luz; a terem efetivamente de colocar carrinhas para treinar, quando tinha, por exemplo, uma associação desportiva uma das mais representativa do concelho, que andaram por Torgueda, por Varge, por tantos campos com condições miseráveis, miseráveis, quando andávamos a brincar às obras com o Campo do Calvário. -----

--- Mas, já agora, Senhor Deputado, permita-me que lhe diga, sabe do que devíamos ter vergonha, já que falamos de vergonha, olhe eu fiquei muito envergonhado quando o meu filho frequentou as piscinas municipais e soube que estão praticamente no seu limite de capacidade e têm de ser provavelmente demolidas; quando ao final de trinta anos tínhamos um quadro de obra a colocar em causa a segurança daqueles que eram os seus utilizadores. Disso deveríamos ter vergonha. -----

--- Mas deixe-me acrescentar mais algumas coisas, Senhor Deputado, porque realmente e, se quiser, terei toda a disponibilidade, em qualquer contexto, para ajudar, para esclarecer. Onde é que compete a formação do Sport Clube de Vila Real? No Campo do Calvário. -----

---- O Senhor Deputado devia saber, se não sabe, tenho oportunidade de dizer que existe um protocolo feito em que o Município atribui uma verba ao Sport Clube de Vila Real e também à Diogo Cão, ao Constantim e ao Abambres para fazerem a gestão e manutenção dos seus espaços desportivos. -----

---- Vou voltar a dizer: há uma verba que é atribuída e que vai à reunião de Câmara, que é dada a cada um dos quatro clubes, para fazer essa tal manutenção. Mas, mesmo aí, o Município não se coloca de parte, Senhor Deputado. Mesmo nesse contexto não se coloca de parte, está ao lado dos seus clubes, como devia ter estado esta cidade ao lado de todos e não apenas de alguns em função daquilo que era a cor dos seus olhos. E ao seu lado tem, por exemplo, uma pessoa que muito deu à Diogo Cão e sabe bem daquilo que eu estou a falar e, isso sim, devíamos ter vergonha. -----

---- Mas, deixe-me colocar a questão do Monte da Forca, Senhor Presidente, já aqui o disse, olhe, com toda a certeza não vamos aguardar trinta anos, além do investimento que foi feito, outro vai continuar e eu vou voltar a dizer, teremos com toda a certeza, a oportunidade de o convidar a visitar consigo os novos balneários, visitar consigo os novos espaços do Monte da Forca. -----

---- A história tem de servir para tudo, porque, se alguém construiu os equipamentos, também alguém permitiu, que eles fossem entregues à atual gestão da forma como foram entregues, portanto, a história tem de servir para tudo. -----

---- Não podemos ser aqui de alguma forma segregadores daquilo que não nos interessa, ou é para tudo ou não é para nada. -----

---- O Senhor Presidente falou aqui de alguns campos de relva sintética, já foram cinco, já foram dois no Calvário, infelizmente; já foi um na UTAD que serve a Diogo Cão; já foi um no Abambres; já foi um no Constantim; em breve vai ser outro numa Freguesia do nosso Concelho, colocando todas as crianças em igualdade de circunstâncias no acesso a prática condigna na atividade desportiva. -----

---- Senhor Deputado, sabe o que isso permitiu, com muito orgulho, estive aqui no último fim de semana, nesta sala, em que a Associação de Futebol de Vila Real parabenizou os seus clubes, os seus filiados por número de atletas federados. E foi com imenso orgulho, não é no trabalho do Executivo, é no trabalho dos dirigentes, no trabalho dos treinadores, no trabalho dos pais dos atletas, dizer que Vila Real representa vinte e cinco por cento dos atletas federados na Associação de Futebol de Vila Real. Mil e trezentos atletas Senhor Deputado. E sabe porque é que isso foi possível? Porque alguém se preocupou com os seus filhos, não apenas com os meus ou com alguns dos filhos como até aqui. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Depois de ultrapassada uma hora do período de antes da ordem do dia, eu punha à consideração da Assembleia se querem prolongá-la por mais meia hora ou não? É aprovada por unanimidade. -----

---- Faça o favor Senhor Deputado. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL HUGO AFONSO (PSD)** agradeceu e disse: Eu tinha que vir aqui para me congratular realmente com a intervenção do Senhor Vice-presidente. -----

---- Eu não fiquei, contrariamente aquilo que foi a opinião que nos transmitiu, não fiquei de alguma forma desiludido com a intervenção dele. É bom, é bom vir a terreno fazer o debate político, ainda com agressividade. -----

---- Não precisamos de nos insultar, não precisamos de dizer que somos demagogos e que somos uma vergonha. Vamos manter o nível porque para baixar o nível já há aqui muita gente que o faz muito bem. De si também tenho em conta que o conseguimos ter, mas hoje já parecia que estava com vontade de embarcar um bocadinho na onda. -----

---- Eu fiz aqui duas perguntas e já tinha feito em junho em nome do partido, que continuam sem ser respondidas. Vocês, se há coisas que são capazes e bem é de numa atitude “malabarista” dar volta, volta, mas não responder efetivamente às questões. ----

---- Eu já uma vez perguntei ao Senhor Presidente porque se insurge muito contra a questão do Campo do Calvário, do projeto e do Monte da Forca. Foi a pior coisa que aconteceu em Vila Real, pós vinte e cinco de abril, só falta dizer isso, já perguntei aqui uma vez, e mais e eu volto a perguntar hoje, onde é que está, mostre-nos as evidências que na altura tomou posições públicas contra isso, mostre-nos. -----

---- Porque o Senhor estava aqui, andava aqui, eu não, já me disse que eu não andava, eu estava em Vila Real, mas não andava aqui, mas o Senhor ou era Deputado Municipal ou Vereador. Era bom, já lhe pedi isso mais do que uma vez, era bom chegar aqui e dizer, eu em mil e novecentos e oitenta e noventa tomei esta posição. Hoje tinha legitimidade para chegar aqui e dizer, tinha razão. Foi o maior disparate que aconteceu em Vila Real foi o Monte da Forca. Agora chegar aqui e dizer que há trinta anos foi o maior disparate, pois também acabou por ser conivente com essa decisão. Se não tomou posição na altura certa sobre o assunto. -----

---- Depois, a pergunta que eu digo que fazemos da qual não há resposta, dá-se a volta e já estamos a parar não sei onde, efetivamente qual foi o investimento que foi feito, pois isso é que é dar a volta. Quando é que foi feito o investimento a qual fiz a pergunta ao Senhor Vice-presidente porque o senhor não estava, a qual também já tinha feito em junho, mas disse-nos que antes de começar a época iria ser feito uma intervenção mínima nos campos todos e nem é só o Monte da Forca, são todos, ficou isso registado. E, portanto, eu gostava de saber porque ainda há pouco estava a ver uma notícia de dezanove de agosto e foi por isso que eu perguntei: quando é que foi e quanto? O Senhor Vice-presidente disse: foi feito. Está bem, mas digam-nos não foi os trezentos mil euros em dois mil e treze, isso já sabemos, está no relatório. Desde junho porque há condições mínimas e não basta dizer mínimas são condições estruturais, mas o que se pede hoje é intervenções mínimas, para quê? Para as tais pessoas que o Senhor Vice-presidente dizia, de Escariz, de Vila Real, de Guiães, de onde quer que seja, venham ter os miúdos, os jovens, os atletas, venham ter as condições mínimas porque é uma vergonha, aí é uma vergonha, as condições que ainda estão. -----



---- Mas o problema é que já estão há dez anos. Não adianta vir aqui dizer que um campo está com um quadro de obra, não se esqueçam que há dez estão lá vocês porque não tiraram o quadro de obra no primeiro ano ou no segundo? Como é que têm “lata” de vir aqui dizer que fomos ali àquele campo e há trinta anos está lá um quadro de obra. Pois, há dez estão lá vocês e não o tiraram, não foram capazes de fazer isso. -----

---- Portanto, se nos pudermos dizer quanto e quando foram feitas essas intervenções, para percebermos, entendermos e registamos. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Faça o favor Senhor Presidente. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: O Senhor Deputado Hugo Afonso acusa-me de “malabarismo”, mas acabou aqui de fazer alguns malabarismos. ----

---- Olhe, eu em dois mil e treze não fiz nenhum investimento no Monte da Forca, sabe porquê? Porque tomei posse no dia vinte e seis de outubro de dois mil e três, portanto, ainda não estamos lá há dez anos, faremos dez anos no dia vinte e seis de outubro. -----

---- Em dois mil e treze sabe qual foi o investimento que fizemos no Monte da Forca? Zero. Sabe qual foi o investimento que fizemos no Calvário? Zero. Sabe qual foi o investimento feito no Abambres? Zero. Sabe qual foi o investimento no Campo do Cruzeiro? Zero. Sabe qual foi o investimento que fizemos para a Digo Cão? Zero. -----

---- De lá para cá governar é escolher, escolhemos fazer investimentos e escolhemos fazer formação. -----

---- O Monte da Forca não é para as crianças. Quem utiliza preferencialmente o Monte da Forca são as equipas seniores não são a formação. -----

---- Formação é no Campo do Calvário e no Campo do Calvário fizemos investimentos superiores a um milhão e trezentos mil euros. Uma intervenção inicial e depois a intervenção que infelizmente que tivemos que fazer. -----

---- No Abambres fizemos uma grande intervenção. O Senhor Vereador disse que foi um campo, não. Foi um campo e a seguir um outro, foi a bancada, decidimos investir no Abambres. -----

---- Decidimos investir na Digo Cão, uma parceria com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e decidimos investir no Campo do Cruzeiro em Constantim. Decidimos, não podemos fazer tudo em todo o lado ao mesmo tempo. -----

---- E decidimos não investir no Campo do Monte da Forca, decidimos investir na sua infraestruturação à volta porque o que lá estava era perigosíssimo e, nessa altura, quando decidimos fazer esse investimento, investimos mais trezentos e cinquenta mil euros. -----

---- De lá para cá, temos protocolos com todos os campos de formação com os respetivos clubes, incluindo com o Vila Real, não é porque Vila Real diz que passa a ter razão. Aliás, o Senhor Presidente do Sport Clube de Vila Real, disse-me a mim, que aquilo que estava a ser dito na comunicação social não correspondia à verdade porque ele sabe. Foi o Presidente da Mesa do clube que disse, que eu saiba nem do Executivo é, pode ler em

particular a notícia, porque ele sabe que tem um protocolo com a Câmara Municipal de Vila Real e que recebe o dinheiro para fazer a manutenção do Campo do Calvário. -----

---- Sobre o Monte da Forca estamos a fazer alguns investimentos, os quais, aqueles que resultam dos próprios servidores, dos próprios trabalhadores da Câmara Municipal, que sempre fizeram a manutenção do relvado e sempre fizeram a manutenção do campo. ---

---- É esse o investimento que está lá a ser feito. -----

---- Agora, deixe-me dizer-lhe só para terminar esta conversa, esta é uma conversa recorrente, não há nenhum campo de relva natural, nenhum, do Benfica, do Porto, do Sporting, dos melhores clubes do mundo onde possam treinar durante a semana e jogar ao fim de semana e esperar que o relvado esteja em ótimas condições. Não há. Com o nosso clima isso não é possível. Enquanto insistirem nisso, o Campo do Monte da Forca não funcionará. -----

---- E podem dizer que falta investimento, que falta isto e que falta aquilo, nós não vamos atrás de tudo aquilo que nos dizem. Nós temos opinião e somos daqueles que achamos e acho que achamos bem, que não há nenhum relvado que possa ser utilizado todos os dias para treino e, depois, chega ao fim de semana tenha boas condições para fazer jogos. Não há. -----

---- A solução do Monte da Forca passa pela construção de um campo de relva sintética e pela reabilitação ou substituição do relvado que lá está. Nós estamos a trabalhar nisso, vamos decidir no momento certo quando poderemos fazer, como fazer, com quem vamos fazer e se vamos fazer. -----

---- Para já, aquilo que decidimos foi fazer outros investimentos e temos muito orgulho em o ter feito. Servimos o Vila Real porque em Vila Real não existe só o Vila Real, existe o Sport Clube de Vila Real, existe o Abambres, existe Constantim, existe o Alves Roçadas, existe o Lordelo, existem tantos Clubes, existem tantas Associações que decidimos desta vez, não olhar só para o Sport Clube de Vila Real. Fazer investimentos no Vila Real, mas também nos outros. Achamos que era uma questão de justiça, de equilíbrio, de bom senso. -----

---- Já sei que estão metidos nas eleições do Vila Real, querem transportar esta coisa das eleições para a Assembleia Municipal, comigo esqueçam, não vão lá, não é isso que trato, não é isso que me move e não me vão apanhar nessa vossa guerra interna com a Direção do Sport Clube de Vila Real e com a envolvimento que tiveram com o Sport Clube de Vila Real. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Daria de seguida a palavra ao Senhor Deputado Francisco Rocha, faça o favor. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL E PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA REAL (FRANCISCO ROCHA)** agradeceu e disse: Senhor Deputado Hugo Afonso, voltamos ao espaço cidadão. Dizer-lhe que não é há anos que o espaço está concluído. -----

----- Em junho foi feita a última certificação e a obra também iniciou em finais de março, portanto estamos a falar de meses, não estamos a falar de anos. -----

---- Foi dito e redito que nada foi escondido aos membros da Assembleia de Freguesia de Vila Real. Temos partilhado as nossas ambições, o que queremos fazer o que nos é possível fazer. Não há aqui nublosa acerca do que quer que seja. -----

---- E foi dito na Assembleia de junho que havia um fator que era um fator intransponível, que se chama recursos humanos na administração pública. E eu há pouco fiz um convite para me dar uma ideia, daquelas de “estalar os dedos”, que consiga resolver de um dia para o outro como é que se contrata na administração pública. -----

---- Nós não estamos a falar do setor privado, estamos a falar da administração pública. E mesmo contratos de trabalho a termo certo, como o Senhor Deputado sabe, exigem procedimentos que não são rápidos. -----

---- E também há uma coisa que eu lhe queria dizer com toda a frontalidade, esse chavão da falta de planeamento é um grande chavão para vocês porem nas próximas eleições. De certeza que vos vai dar uma vitória retumbante, daquelas que já não tinham há tanto tempo. Porque isso não cola. Como é que as pessoas num Executivo da Câmara Municipal, em vinte Executivos da Junta de Freguesia, votam em gente que não sabe planear, não sabe executar, não sabe pôr as coisas avançar. -----

---- Diga-me, explique-me, diga-me também, como é que eu e os meus colegas do Executivo conseguimos planear quem é que fica doente. Essa também gostava de saber. Tem lá algum algoritmo em casa, partilhe comigo. -----

---- Portanto, não vale a pena vir para aqui atirar, parece que não têm outros assuntos. E eu torno a dizer aquilo que disse há pouco, desde dois mil e treze, respondo com todo o gosto a perguntas que nos são colocadas na Assembleia de Freguesia sobre coisas que digam respeito à atividade municipal. -----

---- Hoje, mais uma vez, fiquei com a certeza de que afinal a estratégia também é partilhada. Hoje aqui decidiram e bem e cá estamos nós a dar os esclarecimentos, sobre coisas que dizem respeito à Junta de Freguesia. -----

---- Portanto, para terminar, queria dizer que sim, vamos inaugurar, se possível, este ano. Mas há uma coisa que lhe quero garantir, não queremos fazer ilegalidades e, portanto, não vamos atropelar procedimentos. -----

---- E, por último, queria sublinhar, a última coisa que não me vai ver fazer enquanto for Presidente de Junta de Freguesia de Vila Real é inaugurar, fazer um foguetório e depois fechar, isso não, Senhor Deputado. Muito obrigado. -----

----- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e encerrou o período de antes da ordem do dia. -----

---- Vamos entrar na Ordem do Dia e começaríamos com o,

PRIMEIRO PONTO

Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: Nesta sequência dar-lhe-ia a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fazer a introdução deste ponto, se assim o entender. Faça o favor Senhor Presidente. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Julgo que a informação é clara, objetiva. Se houver alguma questão que queiram colocar, estaremos aqui todos para responder. Se não podermos responder agora, responderemos depois por escrito. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de discussão sobre este primeiro ponto enunciado na Ordem do Dia. Quem quiser usar da palavra, relativamente ao primeiro ponto, faça o favor de se inscrever. Dado que não há mais ninguém que deseja usar da palavra, a deliberação é. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.** -----
Apuramento dos Votos: 37 presenças de 41 membros efetivos.

----- **Nota: Anexa-se fotocópia da Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real enviado a todos os Senhores Deputados, em devido tempo, que faz parte integrante da Ata.** -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Vamos passar de seguida à leitura da minuta da reunião da Comissão de Finanças. -----
--- A representante da Comissão da Assembleia Municipal pedia o favor que viesse ler a minuta da sua reunião ocorrida a quatro do presente mês. -----

----- **A DEPUTADA MUNICIPAL ANA DANIELA ALVES (PS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos os elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, na sua pessoa cumprimento a demais Vereação, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores. --- Vou passar à leitura da Ata da reunião da Comissão de Finanças, Atividades económicas e Recursos Humanos, do passado dia quatro de dois mil e vinte e três. -----
--- «*Estiveram presentes na comissão especializada os seguintes membros da Assembleia Municipal:* -----
Rodrigo Silva Monteiro de Campos e Sá, pelo grupo municipal do PS, coordenador; -----
Ana Daniela Lourenço Alves, pelo grupo municipal do PS, relatora; -----
José Duarte de Carvalho Gomes, pelo grupo municipal do PS; -----
Francisco José Moreiras Nogueira, pelo grupo municipal do PS; -----
Hugo Miguel dos Santos Afonso, pelo grupo municipal do PSD; -----
Joana Rapazote, pelo grupo municipal do CDS-PP; -----
Luís Daniel Simões, pelo Partido Chega. -----

---- Estiveram ainda presentes o Senhor Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, Eduardo Luís Varela Rodrigues e o Senhor Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, Filipe Machado. -----

---- O coordenador deu início aos trabalhos, elencando os pontos da Ordem do dia da Assembleia Municipal do dia 8 de setembro que iriam ser analisados nesta sessão da Comissão especializada, a saber: -----

Ponto dois: Aprovar a contratação de empréstimo bancário de Médio e Longo Prazos junto do Banco CGD até ao valor de €14 500 000 (catorze milhões e quinhentos mil euros), para financiar o investimento “Construção do Complexo de Piscinas do Codessais”, nos termos dos artigos 49º e 51º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro e nº 4 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro; -----

Ponto três: Aprovar a Aprovar a contratação de empréstimo bancário de Médio e Longo Prazos junto do Banco CGD até ao valor de €1 700 000 (um milhão e setecentos mil euros), para financiar o investimento “Plano de Reabilitação de Arruamentos e Rede Viária nas Zonas Rurais”, nos termos dos artigos 49º 51º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro e nº4 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro; -----

Ponto quatro: Aprovar a celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Torquedá, para Participar financeiramente “Melhoramento da rua das Flores, da rua da Fraga, da rua da Galega, da rua do Carvalhinho e da rua do Calvário em Meneses, e da rua da Fonte Ribeira em Farelães”, nos termos da alínea k) do nº1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

--- Relativamente ao **ponto número dois**, foi dada a palavra ao DAF Eduardo Varela, tendo referido que após a autorização prévia da Assembleia Municipal do final do mês de julho, foi desencadeado o procedimento de consulta a 8 bancos, sendo que apenas 4 apresentaram proposta; das várias propostas apresentadas o único critério de desempate é o valor do spread, dado que os outros critérios são iguais, sendo que o mais favorável é o apresentado pela Caixa Geral de Depósitos. Assim, esta será a proposta mais vantajosa para o Município. -----

A senhora Deputada Joana Rapazote questionou se havia encargos enquanto não se utilizar o capital do empréstimo e qual o período de carência, o Diretor Administrativo e Financeiro respondeu que não há comissão de mobilização, que durante 3 anos não há possibilidade de amortização, a não utilização do valor do empréstimo não tem encargos e o período de carência será de 30 meses; -----

---- A senhora Deputada perguntou ainda onde se poderiam consultar os cenários de agravamento das taxas de referência, tendo o Sr. Diretor Administrativo e Financeiro explicado que tal não se coloca, vistos que as simulações são sempre feitas ao dia de hoje e não com base em putativos cenários de futuro. -----

---- O senhor Deputado Hugo Afonso questionou se os 4 bancos que não responderam apresentaram alguma justificação, tendo-lhe sido dito que não e perguntou também porque há tanta variação nos valores dos spread tendo sido respondido que se trata de estratégia dos bancos. -----

---- O senhor Deputado Luís Daniel Simões perguntou se estas instituições não podem propor spread para Câmara Municipais, tendo-lhe sido referido que a análise é feita caso a caso e essas decisões, dado o montante do empréstimo, são decididas ao nível dos Conselhos de Administração. -----

---- No que concerne ao **ponto número três**, o Diretor do DAF informou que o procedimento foi semelhante ao referido no número anterior, no entanto sem a necessidade de ser submetido a discussão e autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

---- A senhora Deputada Joana Rapazote questionou o porquê de não ser necessária a autorização prévia, tendo-lhe sido dito que o valor do empréstimo é inferior a 10% do investimento de 2023; -----

---- O senhor Deputado Hugo Afonso perguntou se existe Plano de Reabilitação de Arruamentos, foi-lhe respondido que sim e que tem valores bem superiores ao do empréstimo, perguntou também se não é possível fazer a programação das intervenções sem haver projetos, o que lhe foi dito é que há a necessidade de haver cabimentação para tal daí a necessidade de contrair empréstimo. -----

---- No que toca ao **ponto número quatro**, nenhum dos elementos da Comissão solicitou qualquer esclarecimento. -----

---- Questionados pelo senhor Coordenador sobre a intenção de esclarecerem mais alguma dúvida nenhum dos presentes quis usar da palavra. -----

---- Assim deu-se por conclusa a reunião da Comissão de Finanças, Atividades Económicas e Recursos Humanos. -----
Vila Real, 4 de setembro de 2023» -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Vamos passar à discussão do,

SEGUNDO PONTO

Aprovar a contração de empréstimo bancário de Médio e Longo Prazos junto do Banco CGD até ao valor de € 14 500 000, para financiar o investimento “**Construção do Complexo de Piscinas do Codessais**”, nos termos dos artigos 49º e 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e nº 4 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (deliberação da Câmara Municipal de 9 de agosto de 2023).

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor das certidões da deliberação da Câmara Municipal.

---- «**DRA. TERESA RAQUEL CARVALHO DE QUEIRÓS – CHEFE DE DIVISÃO JURÍDICA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 10/07/2023, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação: -----

-----ASSUNTO: - Proposta para Contração de Empréstimo Bancário para “Construção do Complexo de Piscinas do Codessais”-----

- Presente à reunião proposta do Senhor Presidente do seguinte teor:

“Considerando que a contratação de empréstimos de médio e longo prazo por parte dos municípios se encontra regulamentada nos artigos 49.º a 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) e podem ser contraídos para aplicação em investimentos não podendo ultrapassar o prazo de 20 anos;

Considerando que o município tem em curso o projeto de “Construção do Complexo de Piscinas do Codessais”, localizado no Parque do Corgo, em que para além das atividades de recreio e lazer proporcionadas pelas piscinas ao ar livre e pelos seus espaços envolventes, a construção deste equipamento possibilitará uma utilização diversificada ao nível das atividades aquáticas de formação, de manutenção e de competição.

Considerando que este projeto contempla ainda a execução do Parque Exterior (nascente e poente) e a beneficiação do Campo Desportivo e da Rua de Acesso ao Complexo, cujo valor global de investimento, incluindo a Fiscalização da empreitada e a revisão de preços, representa cerca de 16 127 600 €, com iva incluído.

Considerando que este projeto inscrito no PPI (2020-2023) com o nº 49/I/2018 com dotação orçamental a definir e que a abertura de concurso para a empreitada só é possível com possível com cabimento orçamental, ou seja, financiamento assegurado por recurso a empréstimo bancário, uma vez que as receitas normais do Município não são suficientes para garantirem o financiamento;

Considerando que a regra prevista na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que os municípios podem durante o ano de 2023 aumentar a margem de endividamento para 40% da margem disponível, conforme artigo 3º da Lei nº 29/2023, de 04 de julho, ou seja, até 16 246 373,80 €, conforme mapa anexo.

Neste contexto, proponho que a CMVR delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a abertura de procedimento para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo com a seguinte tipificação:

1. **Finalidade** – Construção do Complexo de Piscinas do Codessais.
2. **Montante** – até 14 500 000 Euros.
3. **Prazo Global** - 20 anos, a contar da data de Visto do Tribunal de Contas.
4. **Reembolso do Empréstimo:** Prestações semestrais de capital e juros, iguais e sucessivas.
5. **Taxa de Juro:** Indexada à EURIBOR a seis meses na base 360 dias, e fixada de acordo com a média aritmética simples das cotações diárias do mês anterior ao período de contagem de juros, tendo o Spread de ser apresentado à milésima.
6. **Período de Carência de Capital** – Trinta meses a contar da data de Visto do Tribunal de Contas ao contrato.
7. **Período de Utilização** – Três anos a contar da data de Visto do Tribunal de Contas ao contrato.
8. **Outras Condições**



8.1 Possibilidade de reembolso antecipado (total ou parcial) do capital em dívida, sem qualquer penalização, desde que no final de um período de contagem de juros e com aviso prévio mínimo de 30 dias.

8.2 Isenção de quaisquer comissões para a gestão, organização e montagem da operação.

8.3 Não é permitida qualquer cláusula no Contrato de Crédito, com possibilidade de capitalização dos juros de um capital, já vencidos e não entregues (**Anatocismo**), isto é, de se aplicarem juros sobre os juros eventualmente devidos.

8.4 Não é permitida qualquer cláusula no Contrato de Crédito, de tratamento **Pari Passu** das obrigações, encargos ou sujeições emergentes do contrato, com quaisquer outros empréstimos, contratos e obrigações do Município, ou seja, em que o município assegura ao banco que o seu crédito irá estar sempre numa posição igualitária relativamente aos restantes credores.

8.5 Não é permitido introduzir um limite 0 (zero) ao indexante EURIBOR a 6 meses, quando o mesmo for negativo.

8.6 Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

9. **Proposta -**

9.1 Para efeitos do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 220/94, de 23 de agosto, a proposta terá de indicar a Taxa Nominal (Euribor a 6 meses de 4,000% + Spread) e a Taxa Anual Efetiva (TAE), calculadas nos termos deste diploma legal e apresentadas à milésima

9.2 A proposta tem de conter o Plano de Pagamentos (amortização e juros) com simulação correspondente às condições apresentadas e considerando como pressuposto a taxa a taxa Euribor a 6 meses na base 360 dias de 4,000%, e a utilização total do capital imediata.

9.3 O Banco fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 90 dias contados da data limite para a sua entrega.

10. **Apresentação das propostas** - As propostas têm de ser apresentadas até às 17H00 do dia 20/07/2023 e o ato público (abertura das propostas) realiza-se pelas 10H00 de 21/07/2023.

11. **Exclusões** – São excluídas as propostas recebidas fora do prazo fixado para a sua apresentação ou cuja análise revele alguma das situações de incumprimento dos requisitos previstos nos pontos 2 a 8.

12. **Critério de adjudicação** - A adjudicação da contratação do empréstimo é feita ao Banco que apresentar a melhor proposta em termos de Spread.

13. Os Bancos convidados a apresentar proposta são os seguintes:

- Caixa Geral de Depósitos
- Banco Santander Totta
- Novo Banco
- Banco BPI
- Millennium BCP
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro
- Bankinter
- Montepio

14. **O Júri do concurso**, com delegação de competências da Câmara Municipal para proceder aos esclarecimentos solicitados, ao ato público, à elaboração do Relatório Preliminar e Audiência Prévia dos Interessados, e ao Relatório Final e escolha do adjudicatário, tenha a seguinte composição:

- **Presidente** - Eduardo Luís Varela Rodrigues (Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro).
- **Vogais Efetivos** - Filipe José Martins Machado (Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial) e Teresa Raquel Carvalho de Queirós (Chefe dos Serviços Jurídicos e de Fiscalização).
- **Vogais Suplentes** – Alcina Maria Cruz Moutinho de Almeida (Chefe dos Serviços de Auditoria Interna) e Maria João da Quinta Figueiredo dos Reis (Técnica Superior- Área de Contabilidade).

15. Gestor do Contrato e respetivo vínculo à CM

Filipe José Martins Machado (Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial)”.


----- DELIBERAÇÃO: Aprovar a proposta. -----

Os Vereadores do PSD votaram contra e apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Considerando o aumento galopante das taxas de juro, que desde julho de 2022 não param de subir.

Considerando que, com o aumento das taxas de juro, o seu efeito nas receitas municipais de 2023 irá refletir uma baixa na sua arrecadação, essencialmente em sede de IMT.

Advertindo prudência nos gastos, considera-se que deveria ser pensada uma estratégia de investimento, com recurso a uma percentagem de capitais próprios.

Neste contexto, os Vereadores eleitos pelo PSD, votam contra o ponto 8. - Autorização Prévia de Investimento “Construção do Novo Complexo de Piscinas do Codessais”, a ser financiado por Empréstimo Bancário de médio e longo prazos, no valor de 14.500.000,00€ (catorze milhões e quinhentos mil euros), sendo esta declaração válida para o ponto 9. - Proposta para Contração de Empréstimo Bancário para “Construção do Complexo de Piscinas do Codessais” -----

O nosso compromisso para com as gerações futuras, tem a ver com a consciência que temos sobre o impacto das nossas ações, e tem a ver, com o equilíbrio que encontramos entre o que decidimos hoje e o que deixamos para as gerações que hão-de vir”. -----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 31 de agosto de 2023». -----

----- «DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL. -----

----- CERTIFICO que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 09/08/2023, aprovada em minuta na final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação: -----

----- ASSUNTO: - Relatório de Análise de Propostas do Empréstimo Bancário - Construção do Complexo de Piscinas do Codessais -----

- Presente à reunião o Relatório Final do Empréstimo Bancário destinado à “Construção do Complexo de Piscinas do Codessais”.

1. O estudo diz respeito á análise das propostas de concurso limitado para a contratação de um empréstimo bancário de longo prazo, aberto por deliberação da Câmara Municipal na sua reunião de 10-07-2023, destinado à “Construção do Complexo de Piscinas do Codessais”.

2. A tipificação do empréstimo é a seguinte:

- Montante - € 14.500.000,00;
- Prazo Global - 20 anos, a contar da data do Visto do Tribunal de Contas;
- Período de Carência – 30 meses após a data do Visto do Tribunal de Contas;
- Taxa de Juro Indexante – Euribor a 6 meses;
- Reembolso em prestações - Prestações semestrais de capital e juros, iguais e sucessivas;

3. Para o efeito, foram convidadas a apresentar proposta as seguintes instituições de crédito: Banco Santander Totta, Banco BPI, Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Trás-os-Montes e Alto Douro, Novo Banco, Bankinter e Montepio, não tendo estas quatro últimas entidades apresentado propostas;

4. O ato público do concurso realizou-se no dia 21-07-2023, tendo sido abertas as propostas dos concorrentes pela ordem de entrada nos serviços:

Concorrente	
1	Banco Santander Totta, S. A.
2	Caixa Geral de Depósitos
3	Millennium BCP
4	Banco BPI, S.A.

5. A análise das propostas, foi efetuada tendo em consideração as taxas de juro e demais condições apresentadas. Foi elaborada uma simulação das propostas apresentadas, que se anexa ao presente relatório, tendo como pressupostos base a taxa de juro indexante – Euribor a 6 meses na base 360 dias de 4,000% e a utilização imediata e integral do capital. O quadro seguinte reflete os encargos globais inerentes à contratação do empréstimo.

Banco	SPREAD	Juros do Empréstimo	Comissão de Abertura/ Montagem	Outras Comissões	Custo Total do Empréstimo
SANTANDER TOTTA 1º ao 20º ano	1,600%	10 464 166,58	0,00	0,00	10 464 166,58
CGD 1º ao 20º ano	0,410%	8 058 136,03	0,00	0,00	8 058 136,03
Millennium BCP 1º ao 20º ano	1,250%	9 746 815,89	0,00	0,00	9 746 815,89
BPI 1º ao 20º ano	0,670%	8 575 793,85	0,00	0,00	8 575 793,85

6. Conforme se pode verificar no mapa resumo, a classificação das propostas é a seguinte:

- 1º Caixa Geral de Depósitos
- 2º Banco BPI
- 3º Millennium BCP
- 4º Banco Santander Totta

7. Face ao exposto, e após ser efetuada a audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo, somos da opinião que a proposta mais vantajosa para o Município é a apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, ou seja, Taxa de Juro Euribor a 6 meses na base 360 dias mais spread de 0,410%.”.-

----- DELIBERAÇÃO: Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal a autorização para a contratação do empréstimo bancário no valor de € 14.500.000,00 à Caixa Geral de Depósitos, conforme relatório da análise de propostas, nos termos os artigos 49º e 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e nº 4 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Os Vereadores do PSD votaram contra, com os argumentos constantes da declaração de voto sobre mesmo assunto na ata da CM nº 15 de 10/07/2023. -----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 7 de setembro de 2023» -----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: Senhor Presidente da Câmara se pretender fazer a introdução deste ponto, faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Eu considero que a documentação distribuída é absolutamente clara, e sei, foi explicitado pela leitura da ata, que em sede da Comissão de Finanças, Atividades Económicas e Recursos Humanos, desta Assembleia Municipal já foram colocadas questões, que foram prontamente respondidas, pelo Senhor Diretor Administrativo e Financeiro, Dr. Eduardo Varela. -----

---- Ainda assim, dado que na passada segunda-feira, em reunião de Câmara, já foram aprovadas as minutas dos contratos de empréstimo, a celebrar no âmbito dos pontos dois e três da Ordem de Trabalhos, desta reunião, e porque sei que as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados Municipais gostam de estar munidos do máximo de informação, decidimos trazer as referidas minutas, para dar conhecimento a esta Assembleia Municipal. -----

---- Solicito ao Senhor Presidente autorização para a distribuição deste documento, que não é legalmente requerido, mas, ainda assim, optamos por vos dar conhecimento do mesmo. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Está a autorização concedida. Contudo, abria o período de discussão à Assembleia sobre este segundo ponto enunciado na Ordem do Dia. Inscreveram-se os seguintes Deputados. Faça o favor Senhor Deputado Hugo Afonso. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL HUGO AFONSO (PSD)** agradeceu e disse: Nós agradecemos a gentileza do Senhor Presidente da Câmara, na disponibilização deste documento, que é útil, tem a utilidade que tem. Como útil também seria termos acesso ao documento que se falou na última Assembleia, o qual ficaram de nos fazer chegar, que era o tal estudo que tinham os custos, o encarecer da obra, que fica em decompor, a obra

particular das piscinas. Estamos também a aguardar esse estudo, futuramente, penso que nos fará chegar. -----

---- Sobre o ponto em concreto dizer o seguinte: “O PSD vai votar contra este ponto e faz a seguinte declaração de intenção: -----

---- Estamos a favor do projeto e da obra, discordamos da forma de financiamento. -----

---- Entendemos que o Município deveria recorrer, ainda que de uma forma moderada e equilibrada, a recursos e capitais próprios, como temos vindo a dizer, aliás, mantemos a coerência, no sentido de evitar o comprometimento inevitável para a gerações futuras no que ao endividamento diz respeito. -----

---- Em 2021 o Município solicitou e viu aprovado por esta Assembleia um empréstimo do banco BPI de 15.5M€, e iria pagar no final dos 20 anos do empréstimo, 16.032.791€ com a amortização e pagamento dos juros associados (15.500.000€ + 532.791€). -----

---- Em 2023, este executivo vem solicitar a aprovação de um empréstimo da CGD, no valor de 14.5M€, que no final dos 20 anos do empréstimo, terá um custo para todos os vila-realenses de 22.558.136€ (14.5M€ + 8.058.136€). -----

---- Ou seja, o complexo das piscinas de Codessais não vai custar aos vila-realenses 14.5M€, mas sim 22.5M€. -----

---- Registamos que, não fosse a incapacidade, falta de jeito, que se traduz na incompetência deste executivo socialista em realizar obras, e o processo podia ter sido fechado em 2021. -----

---- Se tal tivesse acontecido, o investimento seria 6.525.345€ a menos do que aquele que vai custar. -----

---- Em 2021 a taxa de juro é de - 0.5%. Hoje está a 4%. As taxas de juro estão em máximos históricos, todos sabemos disso. -----

---- Em 2021 iríamos todos pagar, ao longo de 30 anos, 532.791€ em juros (proposta do banco BPI). Hoje, com a proposta comercial que temos da CGD, vamos pagar no final dos 30 anos do empréstimo 8.058.136,03€, só em juros. Sim, as piscinas só em juros do empréstimo, vão ficar mais caras 7.525.375,03€. -----

---- Estes números não são do PSD, estão aqui nas certidões, toda a gente teve acesso a eles é só uma questão de fazer contas, nem é preciso Excel, nem máquina de calcular. ----

---- Julgamos que com esta forma de gestão dos dinheiros públicos “O tal projeto das piscinas no Calvário, no tempo do PSD, que terá custado, segundo o sr. Presidente, 400.000€”, deixará de fazer parte da sua narrativa e argumentação, desde logo por uma questão de coerência e honestidade política”. Muito obrigado. -----

---- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, trago um conjunto de questões que penso que são oportunas discutir e, de certa forma, justificam o porquê de estarmos a falar de um empréstimo bancário hoje. --

---- E, as questões que eu trago são sobre as piscinas propriamente dito. -----

---- Desde já, agradeço-lhe o envio, o CDS solicitou, hoje, o envio do projeto aprovado para as piscinas, agradeço-lhe o envio do mesmo. -----

--- De facto, chegou, eu solicitei ontem, chegou hoje, como qualquer coisa como seis da tarde, melhor tarde do que nunca. No entanto, não foi possível fazer uma análise de detalhe do mesmo, mas deu para confirmar a informação mais importante. E, esse sim, era um projeto interessante o Senhor Presidente ter partilhado em tempo útil com os Deputados deste Município e não anunciar publicamente nas redes, que já está tudo aprovado em sede de Câmara, quando neste caso, o contrato, as mesmas têm de ser aprovadas aqui em sede da Assembleia Municipal. -----

--- Portanto, o conjunto de perguntas que eu tenho a fazer são um conjunto de perguntas, que eu penso, que os Vila-realenses têm, não obstante o desenvolvimento do processo, consideramos que são perguntas que têm de ser feitas e têm de ser novamente esclarecidas. -----

--- É importante porque o investimento, ainda não se iniciou o contrato, embora já tenhamos as minutas, ainda não está assinado e, o projeto, a nosso ver, está sempre a tempo de ser alterado, se assim o justificar. -----

--- Não seria a primeira vez que a Câmara tomava uma decisão, aprovava e voltava a trazer para aprovação. -----

. A minha primeira pergunta, Senhor Presidente, é o que é que se pretende com as piscinas, a quem é que as piscinas se destinam? -----

. A segunda pergunta é se as mesmas cumprem com as dimensões e configuração para homologação para provas de campeonatos nacionais e internacionais. -----

. A terceira pergunta é se envolveu e negociou com a Federação Portuguesa de Natação. Negociou, negociou à luz do que referiu ter feito com o futebol para a reabilitação do Monte da Forca e que, aparentemente, muito se orgulhou aqui e anunciou empenhadamente. -----

. Pergunto também, se envolveu e negociou com as entidades locais ligadas à competição e que representam bastantes atletas. Temos vários atletas com palmarés invejáveis de resultados a nível nacional e internacional ligados à competição. -----

. Se envolve também a UTAD enquanto entidade escolar, com formação superior na área do Desporto, um curso com bastante importância. -----

. Pergunto, e esta é se calhar mais uma pergunta retórica porque eu diria que esta tem a resposta certa, se sabe que uma prova de campeonato pode ter facilmente setecentos atletas e que este número facilmente se triplica. E isto são números muito conservadores. Portanto, seriam no mínimo, umas duas mil e cem pessoas num evento em Vila Real. Como nós, muitas vezes, falamos da importância das corridas, também poderíamos aqui questionar sobre a importância de ter uma piscina que permite ter campeonatos a nível nacional e internacional e receber eventos ao longo do ano representativos e dinamizadores da economia. -----

. Pergunto se é uma teimosia, se é uma opção política não fazer provas de competição de alto gabarito, aquelas que sabe do que eu estou a falar e que estas piscinas, este projeto não permite em Vila Real. É uma opção sua? Política? -----

. Pergunto, se nos pode mostrar o estudo comparativo que justifique que o projeto aprovado pela Câmara, pelo Executivo Municipal é a solução que melhor serve os interesses do Município. -----

. Nomeadamente, pergunto se avaliou a possibilidade de construir o complexo das piscinas, que permitam ter as tais dimensões, configurações e condições mínimas, que permitam provas de campeonatos nacionais e internacionais significativos. -----

. A piscina de que estamos a falar é um tanque de vinte e cinco metros? Com um acrescento de duas pistas, que não chega ou chega mais ou menos aos cinquenta metros? Não tenho esse nível de informação aqui ao detalhe visível, mas, certamente, vai-me dizer as medidas todas, de profundidade, de dimensões, que provas realmente podemos realizar, em que alguns dos nossos atletas que hoje poderiam, de hoje, campeões nacionais de hoje poderiam competir amanhã e nas próximas provas? -----

. Por fim, pergunto: este projeto é irrevogável? Vamos poder acomodar, se fizer sentido uma alteração do mesmo que possibilite outro alcance, outra abrangência? -----

---- Estas perguntas não são para me responder a mim, eu penso que estas perguntas serão para esclarecer a quem nos acompanha lá em casa, aos Vila-realenses, que são partes interessadas. -----

---- E gostava de respostas sinceras, genuínas que, efetivamente, esclarecessem quem tem interesse nesta matéria, sejam os atletas, sejam os munícipes, sejam os agentes económicos que podem ter vantagem e terão certamente vantagem com a realização desse tipo de provas, seja o sentido de oportunidade de não haver em Trás-os-Montes piscinas, que permitam acolher provas de elevada dimensão. -----

---- As de Bragança têm algumas limitações. Portanto, eu gostaria de ver sinceridade e uma resposta a estas questões, que pudesse esclarecer os nossos munícipes. Muito obrigada. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, começo por cumprimentá-lo a si e a todos os elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e todos os elementos do Executivo Municipal, cumprimento todas e todos Senhores Deputados, todos aqueles que nos acompanham, quer aqui, quer lá em casa, cumprimento evidentemente a UTAD TV, como o costume está aqui ajudar-nos a levar esta mensagem mais longe e também aos jornalista, que farão mais tarde nos seus órgãos de comunicação social. -----

---- Eu não resisto em começar com uma piada, Senhor Presidente. Aparentemente a palavra irrevogável deve constar dos estatutos do CDS porque entrou no léxico e não conseguem descolar. Portanto, há uma certa tendência para a palavra irrevogável. -----

---- Senhor Presidente, não caia na armadilha de dizer que o projeto é irrevogável porque da última vez que me lembro de um político dizer que algo era irrevogável passou a ser revogável, portanto, não caia na armadilha, Senhor Presidente. -----

---- Em nome da Bancada do Partido Socialista queria por começar, como é evidente, por dar os parabéns ao Executivo Municipal por dois motivos essencialmente. -----

---- O primeiro é relativamente em pouco tempo ter conseguido fazer aquilo que nos propusemos fazer em julho, foi consultar o mercado, foi perceber quais eram as melhores condições que o Executivo conseguiria avançar com este projeto, que todos consideramos, penso eu, fundamental para o desenvolvimento de Vila Real. -----

---- E o segundo aspeto, Senhor Presidente, é o facto de termos conseguido um spread zero vírgula quarenta e um por cento. -----

---- Eu penso que é fundamental que isso seja bem sublinhado, através de um processo, com certeza, de negociação com a Caixa Geral de Depósitos, foi possível chegar a um spread de zero vírgula quarenta e um por cento, que em dois mil e vinte e três convenhamos não é, certamente, um spread, que nós conseguimos ouvir falar frequentemente. Aliás, bastará olhar para as outras propostas que os bancos fizeram chegar à Câmara Municipal de Vila Real, uma na ordem dos, zero, seis; outra um ponto dois; outra de um ponto seis por cento a somar à Euribor. -----

---- Eu queria chegar à Euribor. Portanto, de facto, o spread zero vírgula quarenta e um é um spread que podemos quase dizer que é um spread de outros tempos, como eram outros tempos, quando em dois mil e vinte e um se conseguiram negociar condições, se conseguiu ouvir o mercado sobre condições, nomeadamente, o BPI para apoiar este projeto que hoje não existem, porque o Senhor Deputado Hugo Afonso afirma algo que é verdade e que todos nós sabemos, mas a seguir ignora-o no seu discurso. -----

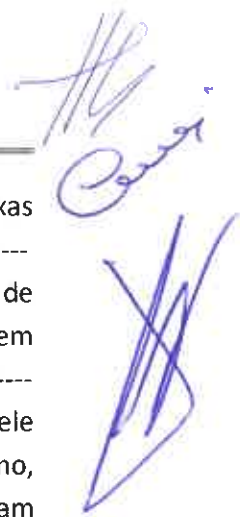
---- De facto, estamos com taxas Euribor, estamos com taxas de referência das mais altas de que nos recordamos, pelo menos, na última década e meia. E, que eu me recorde, não compete ao Executivo Municipal estabelecer taxas Euribor. Christine Lagarde, talvez o Banco Central Europeu, o FED- Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos, à Câmara Municipal não compete. -----

---- Portanto, o spread de zero vírgula quarenta e um por cento que é a remuneração do banco por aquilo que vai ser emprestado à Câmara para as piscinas. -----

---- Já agora, este empréstimo vai onerar as gerações futuras, que vão usar as piscinas, portanto, nós não vamos fazer as piscinas para quem já se foi embora ou para quem não está cá. As piscinas vão ser feitas pelo Executivo Municipal para as gerações atuais e para as gerações futuras. -----

---- E, portanto, se não existe capacidade financeira deste Município, como existirá, com certeza, de poucos para fazer um investimento desta dimensão, recorrendo apenas ao seu orçamento próprio, pelo menos, sem por em causa todas as outras funções da Câmara Municipal de Vila Real e, sendo, essa piscina para hoje e para amanhã é natural que também os futuros contribuintes, os futuros pagadores de impostos, os futuros contribuintes para os dinheiros públicos, sejam chamados a contribuir. -----

---- De resto, Senhor Deputado, acho que faz, voltamos um bocadinho atrás, nestas conversas, faz aqui um exemplo fantástico de demagogia quando se põe a falar de taxas de juro e do valor da remuneração que vai acontecer sobre o empréstimo, quando sabe perfeitamente, que nada disso é da competência do Executivo Municipal ou da Câmara



Municipal, de qualquer Câmara Municipal deste país. As taxas de referência são as taxas de referência. -----

---- Queria dizer ainda mais duas coisas em relação à intervenção do CDS. Não deixa de ser um momento de quase de humor, a Senhora Deputada afirmar-nos que pediu ontem o projeto das piscinas e o recebeu hoje e, portanto, mais vale tarde do que nunca. -----

---- Bom, ainda bem que a Senhora Deputada não pediu só no domingo, exigindo que ele chegasse ontem, esse então é que seria um exercício de adivinhação interessantíssimo, por parte do Executivo Municipal. Pediu e recebeu com um dia, não foi um dia foram algumas horas do projeto que precisou. -----

---- Mas, se quisesse mesmo consultá-lo, a partir do momento que recebeu a Ordem de Trabalhos desta reunião, poderia ter consultado na ata da reunião de Câmara Municipal, onde estava, precisamente, este projeto que a Senhora Deputada recebeu porque o pediu e porque lhe foi dado no dia seguinte. -----

---- E, portanto, como é costume o CDS vem a esta Assembleia Municipal avocar competências que não tem. -----

---- Hoje, aquilo que nós todos somos chamados a pronunciar-nos é votar são as condições do empréstimo que a Câmara Municipal pediu para fazer esta obra, e a senhora Deputada vem aqui falar-nos de competências, projeto. O projeto é da responsabilidade do Executivo Municipal, foi aprovado nos órgãos próprios, está aprovado. -----

---- Portanto, hoje estamos a falar do financiamento para fazer essa obra. -----

---- Senhora Deputada, vir aqui, mais uma vez, tentar confundir “alhos com bugalhos”, tentar fazer perguntas sobre um projeto que não é da competência desta Assembleia Municipal, mais não quer, do que lançar areia para a engrenagem. -----

---- Não quero terminar sem destacar que o PSD voltou a mudar de posição. O PSD foi contra tudo relativo às piscinas até hoje. Votou contra tudo relativo às piscinas, até era contra a localização das piscinas. Hoje passou a ser a favor da obra, do projeto e da localização. Agora, já só não gosta do financiamento. -----

----- Portanto, Senhor Presidente, termino a minha intervenção com uma certa esperança, de que, com mais algum tempo, finalmente o PSD venha ao encontro do Partido Socialista e do Executivo Municipal e tem razão, que afinal as piscinas onde estão, como estão e como serão financiadas são boas, boas no global. Muito obrigado. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL HUGO AFONSO (PSD)** agradeceu e disse: Eu gostava de dar aqui a oportunidade ao Senhor Deputado Rodrigo Sá de esclarecer algo que disse aqui que, das duas uma: ou não é verdade, ou se enganou. -----

---- Porque se é verdade é grave. Quando disse que: da negociação que tivemos com a Caixa Geral de Depósitos obtivemos zero vírgula quatro um por cento. Deve estar isso gravado, toda a gente ouviu, não fui o único a ouvir isso aqui na sala. É importante perceber que talvez mudar a palavra de negociar para o resultado do plano do concurso público resultou que deu zero vírgula quarenta e um por cento. -----

--- Portanto, acho que é importante ficar isso também claro, sob pena de ficar aqui no ar a questão que houve efetivamente alguma negociação que nós não estamos a crer que tenha acontecido. -----

--- Acho que é importante, por uma questão de sairmos daqui todos esclarecidos, haver essa justificação. -----

--- Depois, também deixar aqui outro esclarecimento. E aí nem vai ser a minha palavra contra a do Deputado Rodrigo Sá. Dizer que hoje o PSD mudou de opinião. Basta ir às atas, aquilo que disse hoje, o PSD já o disse durante este processo todo, já o disse em dois mil e vinte e um. Nem vou estar a perder tempo sobre isso, basta consultar as atas sobre a questão de sermos a favor da obra, do projeto, estarmos contra a forma de financiamento. -----

--- É uma atitude coerente da nossa parte, está perfeitamente em sintonia no partido, quer sejam os membros da Assembleia, como vocês muito gostam de dizer, usar essa expressão, os quatro ou cinco PSD's. Não há quatro ou cinco PSD's, é uma oposição comum partido. -----

---- Se me diz em dois mil e treze, em dois mil e noventa e cinco era outra, pois, hoje estamos aqui em função dos dados, parece-me um bocadinho desajustado dizer qual era oposição à vinte ou vinte e cinco anos atrás, relativamente à forma de financiamento, relativamente ao projeto. O projeto é outro, o financiamento é outro, o valor de obra é outro. Estes condicionantes e as circunstâncias são completamente diferentes. -----

--- E, depois, dizer o seguinte: quando se diz: bom, vocês alegam, comprometem as gerações futuras, mas também são estas gerações que vão usar as piscinas. Nós sabemos, a questão não é essa, a questão é que compromete ao nível da possibilidade do recurso, o Município passa a deixar de ter, para outro tipo de créditos, há um limite. E isso não sabemos como vai ser a evolução, hoje é umas circunstâncias, até ao final do ano é uma circunstância, no final do ano o orçamento de estado ditará outras regras. -----

--- E, portanto, aquilo que nós dizemos é que é muito "arriscado" ir à banca buscar este valor tão grande de investimento porque pode comprometer outros investimentos. Quais? Desde logo, aquilo que iremos discutir no ponto três, por exemplo. Se a Câmara não tivesse possibilidade de endividamento, não podia recorrer a um milhão e setecentos mil euros para outro tipo de projetos. -----

--- E é mais neste sentido o comprometimento das gerações futuras, já sabemos que são gerações presentes e futuras que vão usar as piscinas, nós vamos usar, a maioria das pessoas que aqui está vai tudo ter capacidade para usar as piscinas, está tudo com vontade de usar as piscinas, mas aquilo que fica em risco é quando falamos das gerações futuras, novos projetos que podem surgir daqui a um, dois, durante o período de contrato de empréstimo, que são vinte anos, não de imediato. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Dizer o seguinte: Relativamente ao tempo da receção do pedido da Senhora Deputada Joana Rapazote

eram vinte e três horas e nove minutos, do dia sete sobre o seu pedido e foi-lhe respondido às dezassete horas e trinta e oito minutos do dia de hoje. -----

---- Portanto, a resposta foi-lhe dada em menos de vinte e quatro horas. O envio e a nossa receção em sete do nove, às vinte e três, zero nove e a resposta, o envio foi efetuado hoje, às dezassete e trinta e oito. É só um esclarecimento sobre este tempo de receção e envio do pedido do CDS. -----

---- Faça o favor Senhor Deputado. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. O Senhor Deputado Hugo Afonso não gostou da palavra negociação, eu compreendo. -----

---- Eventualmente, a sua utilização da minha parte foi errada, acontece o engano. Agora, há uma coisa que é inegável e essa está nos documentos, um spread de zero vírgula quarenta e um por cento é um spread que hoje em dia é muito difícil de obter. -----

---- E, portanto, se a Câmara Municipal de Vila Real o conseguiu obter junto da Caixa geral de Depósitos, isso deve-se seguramente aos seus bons indicadores e à sua capacidade de execução, que o Senhor Deputado não gosta de reconhecer. -----

---- De resto, eu ouvi-o com atenção e fiquei preocupado. Já hoje aqui foi dito por parte, penso do Senhor Presidente da Câmara, que algumas das suas afirmações, demonstram que o PSD, o Senhor Deputado, demonstrariam incompetência para vir a gerir algo, como a Câmara Municipal de Vila Real. E eu estava a ouvi-lo com atenção e senti que o Senhor Presidente, de facto, tinha razão. Aquilo que eu percebi foi que, se eventualmente Vossa Excelência ou o seu partido tivessem responsabilidades na gestão na Câmara Municipal de Vila Real, nada se faria, nada se faria porque nós hoje não poderíamos fazer as piscinas porque não sabemos qual será a evolução das taxas de juro no futuro próximo e no futuro longínquo. Como não sabíamos, o Senhor Presidente, por acaso, e nesse aspeto foi uma falha grave, a história da Pandemia, o facto de haver guerra na Ucrânia, a invasão da Ucrânia pela Rússia. Portanto, na opinião do Senhor Deputado, seria melhor não o fazer. Não se faz ou então só se faz quando a taxa de juro for muito baixinha, a taxa de referência e esperar, rezar para que ela continue sempre assim, mas se calhar não é, se calhar é melhor não fazer, Senhor Deputado. -----

---- A Câmara Municipal de Vila Real tem que fazer as piscinas e tem que fazer as piscinas porque este é um projeto que está atrasado muito anos, muitos, muitos. -----

---- E, portanto, continuar à espera das melhores circunstâncias, que venha alguma garantia que as taxas de referência não vão ser alteradas, significaria só uma coisa, é que não haveria piscinas. -----

---- E, Senhor Deputado, permita-me que lhe diga: que era, exatamente, aquilo que o Senhor Deputado queria e o seu partido queria. Porque eu não lhe falei de votos contra do PSD contra tudo isto de há vinte e cinco anos. -----

---- O projeto foi aprovado quando, Senhor Presidente? E recebeu que tipo de votação por parte dos Senhores Vereadores do PSD, Senhor Presidente? Ah! então, foi este ano,

Senhor Presidente? Vinte e um, vinte e um não foi assim há vinte e cinco anos, foi, tipo, há dois. -----

--- Senhor Deputado, há uma coisa que é absolutamente óbvia, Vossas Excelências têm vindo a mudar de opinião. Hoje a sua frase está escrita, está gravada, será transcrita para uma ata, foi clara. É a favor do projeto que votaram contra e é a favor da localização que votaram contra. Votaram contra. Mas é, sabe uma coisa Senhor Deputado, eu acho que começo a perceber porque é que o Senhor Deputado não gosta que lhe falem do passado. É que para Vossa Excelência o PSD, Vila Real, a Câmara Municipal começou em dois mil e vinte e um, antes disso não havia nada disto, o PSD não tinha nada a ver com isso, os Senhores Vereadores que antecederam estes dois que aqui estão não existiram, as suas decisões, tomadas de posição, defesas de projetos tudo isso é lixo, tudo isso pertence a um passado que o envergonha, pelos vistos porque faz de conta que não existe. Não, Senhor Deputado, o PSD já existia antes de dois mil e vinte e um, já existe antes do Senhor ser Deputado Municipal e fez coisas boas e fez coisas más. -----

--- E, por exemplo, em relação, e era isto que lhe queria dizer mais uma vez e de forma clara, em relação às piscinas municipais de Vila Real, em relação ao projeto que hoje, se tudo correr bem, passará a ter financiamento definido, votaram contra tudo, tudo Senhor Deputado. -----

--- E, portanto, só se deixará enganar quem for mesmo muito crédulo, ou muito benevolente ao ouvi-lo dizer que agora é a favor da localização e a favor do projeto, quem estiver muito distraído ou não quiser fazer de outra maneira, porque Vossas Excelências votaram contra tudo. -----

--- Portanto, hoje, fazer de conta que a questão é o financiamento, Senhor Deputado, lá está é um exercício de demagogia, ainda por cima fraquinho porque, lá está, não é preciso recuar muito tempo, não é preciso fazer um grande exercício de memória, buscar atas cheias de pó, dos tempos.., não, não, foi noutra, Senhor Deputado, fomos nós. Ah, não foi hoje, tem razão Senhor Deputado. Mas em julho, por exemplo, em julho é que também houve uma votação e Vossa Excelência também votou contra, mas não foi hoje, foi em julho. Então, houve o verão, praia, está mais relaxado ainda, hoje é a favor, menos do financiamento. -----

--- Senhor Deputado, voltando um bocadinho atrás nas intervenções que aqui já aconteceram, vamos ser sérios, vamos falar dessas coisas a sério. -----

--- Este, de facto, é um projeto muito importante, é um projeto de futuro, é um grande investimento no Município de Vila Real. E podemos estar de acordo com ele, podemos discordar dele. Há uma coisa que não podemos fazer é de conta que éramos a favor disto tudo e que, agora, somos contra isto porque não gostamos da forma de financiamento ou porque a taxa de referência subiu muito. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente, faça o favor. -----



----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Deputado Hugo Afonso, acho que nós devíamos ser sérios, corretos, não usar a demagogia, sermos esclarecedores para quem nos ouve. E ser sério é, por exemplo, não dizer nenhuma inverdade. E o Senhor Deputado começou a sua intervenção dizendo que eu fiquei de trazer um documento, isso é uma inverdade. -----

---- O Senhor Vereador Adriano Sousa convidou Vossa Excelência a ir à Câmara Municipal e com ele consultar o processo todo, fazerem a análise, explicar, chamar os projetistas, os orçamentistas, fazer esse trabalho todo. Sabe o que é que fez Vossa Excelência? Nada, nunca se propôs ir à Câmara Municipal, nunca se propôs reunir com o Senhor Vereador e basta consultar as atas, Senhor Deputado. Eu não sei como se faz em Murça, mas em Vila Real basta consultar as atas. Depois, tenta fazer aqui um exercício de demagogia, eu fiquei muito desiludido, que apesar de tudo esperava uma outra elevação, nivelar por cima, como vocês costumam dizer. Então as pessoas em casa não sabem que pediram empréstimos para casas há três, quatro anos e, que, negociaram o spread? A taxa de referência, o valor de referência que é definido pelo Banco Central Europeu é aquele que é hoje. E, mesmo que tivéssemos feito o empréstimo em dois mil e vinte e um, tínhamos negociado o spread e a taxa de referência era a que era hoje, os quatro por cento. Então todos em casa não pagavam empréstimo com menos trinta, quarenta, cinquenta por cento, do que estão a pagar agora? -----

---- Ó Senhor Deputado, vou-lhe dizer, eu não tinha coragem de dizer aquilo que você ali disse. Não tinha, até porque não sabe. Como muito bem foi dito isto e explicitado na ata, foi aqui lida, o juro é calculado ao dia. Se Christine Lagarde decidir que a taxa de referência desce três pontos, nós só pagamos um vírgula quarenta e um. Se ela decidir que desce quatro pontos, nós só pagamos zero vírgula quarenta e um. E é assim agora como era assim em dois mil e vinte e um. -----

---- O Senhor Deputado sabe disso, o Senhor Deputado esteve ali a dizer, foi a tentar passar uma imagem, uma verdade que não corresponde a factos porque sabe que não é assim. -----

---- As piscinas não ficaram nem mais caras nem mais baratas, um empréstimo tem essas vicissitudes. -----

--- Já agora, Senhor Deputado, nós estamos a fazer agora este pedido de empréstimo porque já pagamos o equivalente que herdamos de uma gestão do PSD. E quero-lhe dizer mais, a nossa capacidade de endividamento é cerca de cinquenta milhões de euros. -----

----- Portanto, estamos perfeitamente à vontade, estamos tranquilos, não hipotecamos nada, não hipotecamos o futuro, pelo menos perante as regras de hoje. -----

---- Se no próximo orçamento do Estado disserem, as autarquias não podem pedir mais empréstimo nenhum, olhe paciência. Ou então, as autarquias só podem pedir dois por cento do que pediram no ano anterior. -----

---- Eu não sei o futuro, mas, perante a realidade de hoje, aquilo que eu lhe garanto é que chegaremos ao final do mandato com uma dívida muito semelhante àquela que herdamos e com uma vantagem, com as piscinas construídas e muitas outras coisas.

Porque uma das coisas que vocês mais nos criticam é das obras, fazem obras, obras, agora afinal já não fazemos obras e já não vamos inaugurar nada. -----

--- E, portanto, Senhor Deputado, vou-lhe ser muito sincero, não esperava da sua parte, uma conversa daquelas, dita de um púlpito, gravada, provavelmente com Vila-realenses a escutar aquilo que disse porque acho que, das duas uma, ou não entendeu isto e eu não acredito ou quis claramente enganar os Vila-realenses e, se é assim, olhe que lhe fica muito mal, não é certo, não é correto. -----

--- Palavra de honra acho, que não é minimamente razoável, o exercício que ali fez. Dizer que as piscinas vão custar mais oito milhões, até podem custar menos, aquilo que estava previsto em dois mil e vinte e um, se nós só começamos a pagar dentro de dois anos, se a Christine Lagarde baixar para zero a taxa de referência, pagaremos zero vírgula quarenta e um, portanto, o valor desce. -----

--- Com certeza, a maior parte de nós tem empréstimos bancários, sabemos que eles sobem e descem em função da taxa de referência, é assim e você sabe que é assim. -----

--- Por isso é que você foi ali dizer aquelas coisas, olhe que é preciso ter coragem. Olhe que na política é preciso ter alguma integridade, temos a consciência que não podemos mentir a quem nos ouve. -----

--- E, se há uma coisa que eu lhe garanto e por isso é que temos tido os resultados que temos, é que podemos concordar ou discordar, mas dizemos sempre a verdade explicando o nosso ponto de vista. Agora, usar falsos argumentos e não dizer a verdade, isso não me podem acusar. -----

--- E lamento muito que tenha feito este exercício, hoje aqui. -----

--- Depois, o PSD não mudou de posição. Olhe, mudou, o PSD, em dois mil e treze, queria as piscinas no Campo do Calvário, era o PSD do Dr. Manuel Martins. -----

--- Depois, de dois mil e treze até dois mil e vinte e um, que era o PSD liderado pelo Professor António Carvalho e pelo Professor Luís Ramos, também foi Presidente da Concelhia, dizia que não queria as piscinas no local onde elas vão ser feitas, tinha um terreno onde achavam que elas deviam ser feitas, não diziam qual era o terreno por causa da especulação imobiliária. -----

--- Agora, chegou um novo PSD, é verdade, há gente que se filiou em dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e dois, é um novo PSD não é o PSD de antes que diz, não, nós concordamos com o projeto, votamos a favor do projeto, queremos as piscinas, mas não queremos esta forma de financiamento. -----

--- Como não há outra, nem conseguem apresentar outra porque estar na política é apresentar alternativas. Não nos dão qualquer alternativa, não concordamos com esta e, portanto, votamos contra, mas não temos mais nenhuma. Achamos que deviam usar, mas não dizem como, não fazem contas, não põem no papel, não explicam aos Vila-realenses. -----

--- De facto, Senhor Deputado, o PSD, hoje, como percebeu que tinha cometido um erro em dois mil e treze, como percebeu que tinha cometido um erro em dois mil e vinte e um, não se importa de repetir o mesmo erro porque, de facto, não quer as piscinas, não quer

que se façam as piscinas, estão muito zangados por nós termos encontrado uma solução para fazer as piscinas, estão furiosos com isso. -----

---- Gostavam de chegar a dois mil e vinte e cinco e dizer falharam uma promessa e, como não vão ter nada para nos apontar porque cumprimos todas as nossas promessas e como estão muito zangados com isso porque nós apresentamos um programa eleitoral e não escondemos, ao contrário daquilo que vocês fizeram, que apresentaram o programa eleitoral nos dois últimos dias de campanha e não o espalharam, não o divulgaram, esconderam-no. -----

---- Eu, a bem da verdade, nunca o li, estão zangados por nós termos encontrado uma solução. E, então, prestou-se ao serviço de vir aqui dizer uma coisa que não corresponde à verdade. E, agora inventar esta coisa que são contra e votam contra porque são contra o financiamento, não explicando qual era a alternativa que tinham neste financiamento.

---- Olhe, Senhor Deputado, palavra de honra, quero dizer-lhe que, até pessoalmente, fiquei muito desiludido, não esperava tanta coragem da sua parte, da tentativa de enganar os Vila-realenses. Não esperava. -----

---- Sobre o PSD está tudo dito, nada que me surpreenda, o PSD novo, agora é a favor das piscinas, dizem. Estão contra o processo, portanto o PSD novo não quer piscinas em Vila Real. -----

---- Senhora Deputada Joana Rapazote, a Senhora chamou-me incompetente, que não éramos capazes e, agora, não consegue ouvir, fica zangada por eu lhe dizer estas coisas.

---- Eu ouvi com muita atenção, respeitei os seus insultos, ouvi as suas inverdades, ouvi a sua tentativa de enganar as pessoas, bem me custou, sabe, mas tive que estar calado. ---

---- Agora, custou-me, custou-me ouvi-la dizer essas inverdades todas. E acho que as pessoas em casa terão, com certeza, a mesma percepção. Porque as pessoas em casa e aquelas que estão aqui também têm empréstimos e sabem como funciona o sistema bancário, e quase todas viram agravadas as suas prestações porque a taxa base cresceu.

---- E ouvimo-la e, então, a Senhora Deputada também tem que ter a paciência de me escutar agora. -----

----- Senhora Deputada Joana Rapazote, o projeto existe desde dois mil e vinte e um, ainda bem que o pediu no dia anterior à Assembleia Municipal em dois mil e vinte e três para o analisar. -----

---- Desde dois mil e vinte e um até ao dia de ontem de dois mil e vinte e três nunca lhe ocorreu pedir o projeto. Agora, no momento de financiamento, no dia anterior. O email é aberto às dez da manhã, nove e meia, quando os funcionários chegam, a Senhora mandou ontem à noite. Em menos de sete ou oito horas recebe uma resposta e diz: “vale mais tarde do que nunca”, realmente é de uma fineza absolutamente extraordinária. ----

---- Eu, relativamente a esta sua capacidade, nem sei, realmente o irrevogável depois tornou-se revogável e depois desapareceu, bem, é a vida, acho que é isso que vai continuar a acontecer. -----

---- Relativamente ao projeto, estamos conversados, teve muito tempo, Senhora Deputada. Teve uma parte de vinte e um, vinte dois e uma parte de vinte e três para

propor alterações, para discutir o projeto, para conversar, para apresentar alternativas, lembrou-se no dia anterior. -----

---- Muito obrigado, Senhora Deputada, pelo seu contributo, a um dia da aprovação do instrumento financeiro, que garante a possibilidade de fazermos as piscinas, pelas suas sugestões e pelas suas perguntas. -----

---- E, portanto, Senhora Deputada as piscinas permitem competições em piscina curta; serão um grande sucesso; serão muito boas para Vila Real; é uma obra há muito ansiada, eu próprio gostava de a ter feito antes, infelizmente tivemos aqui várias vicissitudes, que não nos permitiram avançar antes; consultamos muita gente, Professores da UTAD, a Federação, consultamos essa gente toda; falamos; negociamos; tratamos; chegamos a um projeto final. A Senhora Deputada vai dizer: deveriam ser todas as pistas de cinquenta metros. Bem, ela não custaria catorze milhões e meio, custaria vinte e quatro milhões, ou coisa assim, não faço ideia, custariam muito mais. -----

---- E, depois, viríamos aqui com o empréstimo e diriam, não, estão a pedi muito, estão a hipotecar as gerações futuras, etc., etc. -----

---- Senhora Deputada, eu tenho muita paciência, agradeço os seus contributos, as respostas estão dadas, ouvimos quem tínhamos que ouvir, as piscinas têm parecer obviamente da entidade desportiva, têm um parecer e um estudo económico-financeiro, foram muito discutidas com as associações locais, com toda a gente. -----

---- Houve coisas que chegamos acordo, houve coisas que não chegamos acordo, fizemos um processo estamos em condições de aprovar o empréstimo e depois lançar o concurso público internacional para. enfim, termos piscinas. -----

---- Espero que tudo corra bem, é esse o meu objetivo, o objetivo de todos nós, temos muita esperança que tudo isto corra bem e que, enfim, Vila Real possa ter umas piscinas dignas de uma Capital de Distrito. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu disse: Faça o favor Senhor Deputado. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL HUGO AFONSO (PSD)** agradeceu e disse: Eu há bocadinho, podia ter tido a oportunidade de fazer aqui quase a defesa da honra porque senti que o Senhor Presidente esteve bastantes meses sem fazer este papel de intimidação, comigo em particular. -----

---- Suponho que a fazê-lo comigo, a mim, está a afetar o PSD da calúnia do insulto. Eu já lhe disse uma vez, o Senhor não me pode chamar mentiroso porque eu não minto. -----

---- E, portanto, eu simplesmente fiz uma transcrição dos números, pensei que ia dizer que me tinha enganado nas contas, que não eram sete milhões, que eram seis ou eram cinco. Não, deu a volta e numa atitude intimidatória, o Senhor já devia ter percebido, se não percebeu vou-lhe dizer agora outra vez, que a mim não me intimida com as suas abordagens que faz à minha pessoa aqui nesta Assembleia. -----

--- E acho que perde muito mais do que eu com atitude que tem. Já hoje se falou do Sócrates e vou-lhe dizer uma situação do Sócrates, mas do filósofo. Dizia assim: quando o debate está perdido a calúnia é a arma do perdedor. Senhor Presidente, a mim não me intimida e o Senhor já veio falar de insinuações pessoais a esta Assembleia e esta frase de Sócrates diz tudo. -----

--- Às questões em concreto não responde e procura aqui insinuar. O Senhor já mudou de posição relativamente a vários assuntos e a várias matérias, como por exemplo, a obra da Avenida. Já mudou de posição. -----

--- Agora, vir aqui dizer que nós estamos aqui numa atitude, que estamos a mentir, aquilo que dizemos é uma mentira, uma calúnia, que é uma vergonha, que até tem um ponto de vista pessoal é uma vergonha por estar a mentir aos Vila-realenses, isso não é verdade. -

--- E peço-lhe, mais uma vez, se tem essa consideração por mim, que não faça esta figura de o Senhor Presidente estar aqui permanentemente a insultar um membro desta Assembleia Municipal como tem feito. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu disse: Faça o favor Senhora Deputada. -----

---- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, o Senhor Presidente tem habilidade para contar uma bela história e levar, fazer um enredo, o argumento à conveniência do enredo que quer fazer passar. -----

--- Quando lhe perguntei se envolveu, ouviu e negociou, se envolveu e negociou com a Federação disse que auscultou. É diferente. O rigor das palavras muitas vezes faz toda a diferença, é a tal vírgula que muda as coisas. -----

--- Houve negociação com essas entidades efetivamente? As provas que refere que se podem fazer, são provas de campeonato nacional? Daqueles que os vários atletas, quando lhe interessa o Senhor aparece ao pé deles para as fotografias, podem fazer e competir nas medidas e dimensões dos tanques propostos? -----

--- Portanto, alteraram, face aos projetos que estavam. O pedir o projeto ontem, tem mesmo a ver com ter a versão mais próxima do final, disponível hoje, agora que estamos a tomar decisões, que se podem tornar irreversíveis sobre isto. -----

--- Portanto, a vontade, não me respondeu se era uma opção política sua, não acolher eventos internacionais, provas de competição de longa distância, nomeadamente nestas provas. -----

--- Também não nos respondeu se podia ou não mostrar o estudo que compara a solução de agora, com outras soluções alternativas, nomeadamente uma que tenha e dê uma maior projeção a Vila Real. -----

--- Relativamente aos custos que evoca, que seriam muito maiores, se fosse para outro projeto. Eu agradeço que me mostre números, porque se evoca que esses números são muito maiores é porque, certamente, os tem de fazer um projeto diferente. -----

---- Eu volto a repetir, se o Senhor Presidente evoca que fazer uma piscina diferente tem outros custos, eu peço-lhe que me mostre esses custos. Os valores de referência, de algumas pessoas com quem falei, enquadram-se dentro daquilo que está em cima da mesa para competir nessas provas. -----

---- Portanto, eu pergunto, certamente está munido de valores muito mais firmes do que aqueles que me transmitiram, eu agradecia que nos fizesse chegar o estudo comparativo, que justifique que esta é a melhor opção para Vila Real e não apenas a única solução que foi estudada ou a solução porque era gira, não sabemos, diga-nos o Senhor Presidente porquê. -----

---- E perguntei objetivamente se as piscinas também cumprem com as dimensões e configuração para a homologação das tais provas. Envolveu as entidades, cumpre, estas questões são importantes porque o sentimento que eu tenho de pessoas relacionadas com, nomeadamente com a natação ou com outros desportos aquáticos é que tudo isto fica muito aquém do que se poderia ser feito, por valores semelhantes. -----

---- E, portanto, compete-nos a nós, agentes políticos, membros desta Assembleia questionar porque estamos sempre a tempo de voltar atrás para fazer melhor, ou dar um passinho atrás para dar dois à frente, como já fez com os empréstimos que foram chumbados e tiveram que voltar e muitos outros assuntos que tiveram que voltar a esta Assembleia duas e três vezes porque à primeira não vieram bem. -----

---- Portanto, é normal, acontecem os erros. Às vezes há demasiada insistência nesses erros, noutras vezes é bom dar um passo atrás, para dar dois à frente. Muito obrigada. --

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu disse: Faça o favor, Senhor Deputado. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Deixem-me começar por gastar alguns segundos para ler o título do ponto que estamos a discutir que é proposta para contração de empréstimo bancário para a “Construção do Complexo de Piscinas do Codessais”. -----

---- E, portanto, Senhor Presidente, a Senhora Deputada Joana Rapazote vir aqui discutir a cor do azulejo, a dimensão do quarto de banho do projeto, se tem cobertura com quarenta e cinco graus com quarenta e sete graus, já foi, Senhora Deputada. -----

---- Foi aquilo que eu lhe disse há pouco. Vossa Excelência continua a tentar evocar competências que não tem, Senhora Deputada. À Assembleia Municipal não compete debruçar-se sobre o projeto, estes Senhores têm que o fazer. Nós temos que fazer outras coisas, tal como está estabelecido na lei. -----

---- E aquilo que hoje somos convidados a fazer é decidir sobre a contratação do empréstimo bancário para a construção do Complexo das Piscinas do Codessais. -----

---- E, portanto, a Senhora Deputada vem para aqui confundir “alhos com bugalhos”, acho que o Senhor Presidente lhe respondeu muitíssimo bem. Pediu ontem um projeto que

tem quase três anos, qualquer proposta que pudesse ter feito, já tinha tido muito tempo para a fazer, inúmeras Assembleias Municipais que tivessem sido públicas. -----

---- Senhora Deputada, hoje estamos a discutir financiamento. -----

---- E, antes de me ir embora, dizer ao Senhor Deputado Hugo Afonso que se enganou nas suas contas, sabe porquê? Porque aquilo que o Senhor Deputado fez foi ler o que está neste documento, que tem, que tem o quê Senhor Deputado? Tem o spread acima de uma taxa de referência de quatro por cento. -----

---- Olhe, dia vinte e quatro do oito, três, ponto três nove, três dois; dia vinte e cinco do oito, três ponto nove, três cinco; dia vinte e nove do oito, três, ponto nove, quatro quatro, portanto, enganou-se nas suas contas e se amanhã a taxa de referência subir para cinco enganou-se por defeito, se descer para três por cento enganou-se por excesso enorme.

---- Portanto, Senhor Deputado, aquilo que Vossa Excelência fez, como foi aqui dito pelo Senhor Deputado, foi um exercício de demagogia fraco, fraco porque as piscinas não vão custar aquilo que nós vamos de ter que pagar ao banco, no final do empréstimo, não seguramente, eu hoje estou disponível para apostar se fosse homem de apostas, aquilo que quiser como as suas contas estão erradas porque nenhum de nós sabe qual é a taxa de referência amanhã, quanto mais no momento em que vamos usar o capital no período de carência que temos neste empréstimo e muito menos, ainda, no final do período de empréstimo. -----

---- Portanto, aquilo que Vossa Excelência fez foi só um exercício de demagogia, tentou confundir os Vila-realenses, quando na verdade não sabe, não faz a mínima ideia, em relação a isso não mentiu, se quiser que lhe diga quando é que mentiu, mentiu quando disse que o PSD foi coerente. Isso não é mentira? Eu demonstro-lhe que é mentira, aí mentiu e quando vem aqui e diz que não mente, aí mentiu, o PSD não é coerente. -----

---- E, quanto ao dossier em concreto, piscinas, votou sempre contra. Espero que concorde comigo, é verdade e já mudou de posição quando hoje diz que, afinal, apesar de ter votado contra é a favor do projeto. Portanto, não houve coerência. O Senhor afirma que houve coerência, isso é mentira. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente, faça o favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Deputado Hugo Afonso, antes de mais peço imensa desculpa se o intimidei. Para mim é absolutamente extraordinário imaginar que algum das Senhoras Deputadas ou dos Senhores Deputados é intimidado com uma intervenção minha, é absolutamente extraordinário. Não é essa a minha intenção e vou-lhe dizer, eu nunca me senti intimidado quando discuto política. E, como parto do princípio que quem discute comigo também tem coragem, tem força nas suas convicções, acredito também que não é por ser mais firme, mais veemente naquilo que expresso que estou a intimidar alguém. -----

---- Portanto, peço-lhe desculpa se o intimidei. Vou falar de forma mais mansinha, mais correta para não intimidar ninguém porque não é esse objetivo. -----

---- Agora, deixe-me dizer uma coisa, quando eu sei que aquilo que estou a tentar passar não corresponde à verdade; quando eu sei que aquilo que estou a tentar vender como uma verdade, não vai acontecer e eu sei que não vai acontecer e o Senhor Deputado sabe que não vai acontecer e, mesmo assim, insiste em passar essa mensagem, ó Senhor Deputado, desculpe lá, isso tem um nome. Eu disse faltar à verdade, mas posso dizer de forma clara, isso é mentira porque eu tenho a certeza absoluta, mas tenho a certeza absoluta, que o Senhor Deputado sabe que aquilo que ali disse é um cenário, que esse cenário é muitíssimo, tem zero vírgula zero um por cento de possibilidade de corresponder a esses números, eu tenho essa convicção e tenho a convicção que o Senhor Deputado sabe. E se o Senhor Deputado vai ali e diz uma coisa quando tem a certeza que não é assim, desculpe lá, Senhor Deputado, não há outra forma de lhe dizer, o Senhor Deputado estava a faltar à verdade. É a minha convicção e desculpe lá, se essa minha convicção o intimida. Peço-lhe desculpa. -----

---- Senhora Deputada Joana Rapazote, sabe que os preços são tabelados por metro quadrado. Tem o preço base e, portanto, basta olhar para o projeto, fazer contas, fazer a extrapolação. Pega em vinte e cinco custa x, se forem cinquenta vai custar x mais y, provavelmente a esse valor ainda tem de acrescentar balneários, etc. etc., e, pode fazer as contas. -----

---- Sobre a homologação, tem a homologação do IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude). Ora, é estranho que o IPDJ dê um parecer favorável e faça homologação a infraestruturas desportivas que não correspondam às medidas que estão previamente definidas como adequadas para a prática de desporto e para a prática de competições naquelas infraestruturas. -----

---- Se me pergunta assim, eu, lá está, sou muito direto, muito claro. Estas piscinas têm um objetivo: -----

. piscinas curtas pode haver competição estão homologadas para o efeito ou podem ser homologadas para o efeito, têm as medidas certas, têm as medidas corretas; -----

. piscinas de cinquenta metros, que é a opção política que, face aos custos envolvidos, não as devíamos fazer porque são piscinas olímpicas e a maior parte delas estão fechadas.

---- Criamos uma alternativa, foi criar algumas pistas para treino de atletas que possam treinar em pistas de cinquenta metros. -----

---- Foi uma opção política, assumo essa opção, anunciei-a antes das eleições e, portanto, não enganei ninguém. Lá está, não enganei ninguém. Anunciei-a antes das eleições, que este projeto estava a ser feito, antes das eleições as pessoas já sabiam qual era o projeto.

---- E, portanto, não enganei ninguém, foi uma opção nossa. -----

---- Teremos competições, teremos atividades, teremos provas, teremos campeonatos nacionais em piscinas curtas, em piscinas olímpicas não, está homologado, está homologado pelo IPDJ. Se o IPDJ homologou errado, não sei, o que é que eu hei de fazer?

----- Eu quero acreditar que estes organismos, quando dão pareceres, fazem estas coisas, sabem o que estão a fazer, digo eu. -----

---- E, portanto, aquilo que lhe digo é uma opção política não ter piscinas olímpicas porque os custos envolvidos não justificam o retorno. Essa era a nossa convicção, analisamos isso, dissemos antes das eleições isso. Aliás, a Senhora Deputada quando foi candidata, em dois mil e dezassete contra mim, defendeu uma opção contrária. E os Vila-realenses disseram onde a Senhora Deputada se devia sentar, isto é, não se devia sentar no Executivo Municipal, deram o resultado que deram, e, portanto, acreditaram e sancionaram a minha posição, que sempre foi esta. -----

---- Portanto, e, pronto, é esta a minha posição, a nossa posição, neste caso, a nossa posição, que foi a posição que mantivemos. -----

---- Já agora, Senhor Deputado Hugo Afonso, só para esclarecer, no Monte da Forca quando o Doutor Armando Moreira decidiu fazer aquilo, eu não tinha atividade política nenhuma. Devia ter catorze, quinze anos, portanto não tomei posição. -----

---- Agora, posso-lhe enviar e terei todo o gosto, na próxima reunião em trazer quais foram as minhas posições públicas, relativamente àquilo que era pretendido fazer no Campo do Calvário, que era destruir. -----

---- Em dois mil e nove, fui candidato e escrevi várias vezes e explicito várias vezes que esse não era o caminho, que não se deviam fazer lá as piscinas e que não se devia destruir o Campo do Calvário. -----

---- A vossa opção, a opção política do PSD foi outra e eu bati-me, só que, como tudo na vida, estava na oposição, quem governava fez a sua opção política e eu tive que a aceitar.

---- Também faziam opção política, não apoiar como deviam a Diogo Cão, não lhes dar campo de relva sintética; não reabilitar o Pavilhão da Diogo Cão; não haver um tratamento igualitário com o Abambres ou entre os clubes sediados em Vila Real; eram opções políticas. -----

---- Eu acredito que as minhas opções políticas, que as nossas opções políticas são mais justas e que são melhor compreendidas pelos Vila-realenses dada essa justeza. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu disse: Vamos passar à votação do segundo ponto. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada, por maioria,** a contratação de empréstimo bancário de Médio e Longo Prazos junto do Banco CGD até ao valor de € 14 500 000, para financiar o investimento “**Construção do Complexo de Piscinas do Codessais**”.

Apuramento dos Votos: 36 presenças de 41 membros efetivos.

Contra: 7 Votos dos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PCHEGA,

Do PSD 4 votos: Maria João Filomena dos Santos Monteiro, José Armando da Silva Alves, Alina Maria Azevedo Sousa Vaz, Hugo Miguel dos Santos Afonso.

Do CDS-PP 2 votos: Joana Costa Lopes Gonçalves Rapazote e João Luís Marques Rebelo da Silva.

Do Partido Chega 1 voto: Luís Daniel Perdigão Simões.

Abstenções: 0 Votos.

A favor: 29 Votos do Grupo Parlamentar Municipal do PS.

Apresentou declaração de voto a representante do CDS-PP.

----- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP)** agradeceu e disse: “Pela pertinência recuperamos a nossa intervenção de 27 de Dezembro de 2021 que evoca a nossa primeira intervenção em assembleia municipal sobre as piscinas no Codessais no já longínquo ano de 2010. -----

---- *Exmos. Srs. Deputados, como bem sabem, já há longos anos que o CDS tem defendido o investimento nas novas piscinas municipais, inclusivamente foi o CDS quem lançou, em Fevereiro de 2010, a localização deste equipamento no Codessais, em alternativa à solução vigente à data que implicava destruir o Campo do Calvário e todo o seu acervo histórico e identitário, para ali localizar as novas piscinas. Apesar de vencidos à data, o tempo veio a demonstrar que o CDS estava certo quanto à preservação do Campo do Calvário e quanto à possibilidade das Piscinas se localizarem no Codessais. -----*

---- *Considerámos excessivo e motivo de preocupação o peso do financiamento bancário, cerca de 15,5Milhões de EUR de capital para a Construção das Piscina à data. Hoje, estimam-se em mais de 22 milhões de Euros entre capital e juros, à taxa euribor actual. ---*

---- *É importante ter presente que o valor proposto para este empréstimo condiciona de forma substancial a capacidade de endividamento e hipoteca a capacidade de realizar outros investimentos estruturantes e impulsionadores do desenvolvimento económico do nosso Município. -----*

---- *Estamos seguros quanto à necessidade de investimento numas novas Piscinas e quanto à sua localização no Codessais, no entanto temos profundas reservas quanto ao projecto e ao financiamento proposto, assunto que está hoje para deliberação. Reforçamos aqui e hoje, que não somos certamente os únicos com reservas quanto ao projecto apresentado, por ficar muito aquém do seu potencial e das expectativas legítimas das muitas partes interessadas, atletas federados e campeões nacionais, clubes, entidades locais ligadas ao desporto aquático e à competição, promotores turísticos ou económicos e cidadãos em geral que têm uma visão abrangente e antecipam as oportunidades e a projecção que se podem alcançar se o Complexo das Piscinas permitir acolher eventos desportivos de competição nacionais e internacionais em piscina longa, com geração de riqueza e projecção para Vila Real. -----*

---- *Assim, consideramos que se as piscinas se tiverem o projecto “certo” e, se o investimento previsto estiver em linha com as melhores práticas em matéria de construção de equipamentos desportivos, dando resposta aos requisitos de homologação para competição em piscina longa, nomeadamente dimensões e configuração dos tanques e, se os custos estiverem devidamente balizados e com razoabilidade económica será possível*

dar vida às piscinas, uma necessidade tão premente, mas sem que sejam um encargo para várias gerações de vilarealenses. -----

---- Assim, é nosso entendimento que o Executivo Municipal pode e deve reformular o projecto para permitir a sua melhor rentabilização desportiva e de competição de elevado nível, como referido, e apresentar uma solução mais conservadora do que a apresentada para o financiamento deste projecto, quer em montante, quer reduzindo o peso do financiamento bancário. -----

---- Pelo exposto o nosso sentido de voto é contra". -----

SIMULAÇÃO DA PROPOSTA DE EMPRÉSTIMO - CGD

Pressupostos da Simulação	
Valor do Empréstimo	14 500 000
Prazo	35
Carência	5
Taxa de Juros (anuidade)	4,000%
Spread	0,410%

Taxa	Nº	Prestação	Amortização	Juros	Capital em Dívida
4,410%	1	319 725,00	0,00	319 725,00	14 500 000,00
	2	319 725,00	0,00	319 725,00	14 500 000,00
	3	319 725,00	0,00	319 725,00	14 500 000,00
	4	319 725,00	0,00	319 725,00	14 500 000,00
	5	319 725,00	0,00	319 725,00	14 500 000,00
	6	598 843,17	279 118,17	319 725,00	14 220 881,83
	7	598 843,17	285 272,73	313 670,44	13 935 609,10
	8	598 843,17	291 562,99	307 280,18	13 644 046,11
	9	598 843,17	297 991,96	300 851,22	13 346 054,15
	10	598 843,17	304 562,68	294 280,49	13 041 491,47
	11	598 843,17	311 278,29	287 564,89	12 730 213,58
	12	598 843,17	318 141,97	280 701,20	12 412 071,27
	13	598 843,17	325 157,00	273 686,17	12 088 914,22
	14	598 843,17	332 326,71	266 516,46	11 764 587,50
	15	598 843,17	339 654,52	259 188,65	11 414 932,98
	16	598 843,17	347 143,90	251 699,27	11 067 789,08
	17	598 843,17	354 788,42	244 044,75	10 712 990,66
	18	598 843,17	362 591,73	236 221,44	10 350 368,93
	19	598 843,17	370 557,54	228 225,63	9 979 781,40
	20	598 843,17	378 789,65	220 053,52	9 600 961,74
	21	598 843,17	387 141,97	211 701,21	9 213 619,78
	22	598 843,17	395 618,45	203 184,73	8 818 141,33
	23	598 843,17	404 203,16	194 440,02	8 413 738,17
	24	598 843,17	413 320,25	185 522,93	8 000 417,93
	25	598 843,17	422 433,96	176 409,22	7 577 983,97
	26	598 843,17	431 748,63	167 094,55	7 146 235,35
	27	598 843,17	441 268,68	157 574,40	6 704 966,66
	28	598 843,17	450 996,66	147 844,51	6 253 968,00
	29	598 843,17	460 943,18	137 899,99	5 793 024,83
	30	598 843,17	471 106,97	127 736,20	5 321 917,65
	31	598 843,17	481 494,88	117 348,29	4 840 422,97
	32	598 843,17	492 111,85	106 731,33	4 348 311,12
	33	598 843,17	502 962,91	95 880,26	3 845 348,21
	34	598 843,17	514 053,24	84 788,93	3 331 294,97
	35	598 843,17	525 388,12	73 455,05	2 805 906,85
	36	598 843,17	536 972,83	61 870,25	2 268 933,92
	37	598 843,17	548 813,18	50 029,99	1 720 120,74
	38	598 843,17	560 914,51	37 928,68	1 159 206,23
	39	598 843,17	573 282,67	25 580,50	585 923,58
	40	598 843,17	585 923,56	12 919,61	0,00
Total		22 558 136,03	14 500 000,00	8 058 136,03	

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e disse: Dado que estamos com três horas de exercício na Assembleia é meu dever questionar a mesma, se estão interessados em continuar ou se vamos interrompê-la. Após votação por unanimidade, vamos passar à discussão do,

TERCEIRO PONTO

Aprovar a contratação de empréstimo bancário de Médio e Longo Prazos junto do Banco CGD até ao valor de € 1 700 000, para financiar o investimento “Plano de Reabilitação de Arruamentos e Rede Viária nas Zonas Rurais”, nos termos dos artigos 49º e 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e nº 4 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (deliberação da Câmara Municipal de 9 de agosto de 2023).

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor das certidões da deliberação da Câmara Municipal.

----- «DRA. TERESA RAQUEL CARVALHO DE QUEIRÓS – CHEFE DE DIVISÃO JURÍDICA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL. -----

----- CERTIFICO que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 10/07/2023, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação: -----

-----ASSUNTO: - Proposta para Contratação de Empréstimo Bancário para “Plano de Reabilitação de Arruamentos e Rede Viária nas zonas rurais -----

“Considerando que a contratação de empréstimos de médio e longo prazo por parte dos municípios se encontra regulamentada nos artigos 49.º a 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) e podem ser contraídos para aplicação em investimentos não podendo ultrapassar o prazo de 20 anos.

Considerando que o município pretende lançar um concurso público para execução de um plano de pavimentações de estradas, arruamentos e espaços públicos na cidade e nas zonas rurais:

Projeto PP	Designação Projeto	Valor Obra
27/I/2022	Plano de Reabilitação e Conservação da Arruamentos e Obras Complementares nas Zonas Rurais	1 300 000 €
53/I/2022	Plano de Reabilitação e Conservação da Rede Viária Municipal Principal (Estradas e Caminhos Municipais)	1 000 000 €
TOTAL		2 300 000 €

Considerando que a abertura de concurso para a empreitada só é possível com dotação orçamental, nos respetivos projetos do PPI 2023-2027 e Orçamento/2023 ou seja, através de financiamento assegurado por recurso a empréstimo bancário, uma vez que este tipo de obras não são financiadas pelos Fundos Comunitários, e as receitas normais do Município não são suficientes para garantirem o seu financiamento.

Considerando que nos termos do nº 2 do 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro os investimentos a serem financiados por empréstimos a médio e longo prazos, para além de serem identificados no contrato de

empréstimo, quando ultrapassem 10 % das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos a discussão e a autorização prévia da Assembleia Municipal, o que não é o caso, uma vez que 10% dos investimentos de 2023 representa cerca de 3 170 000 € e o valor do empréstimo que se pretende contratar é de até 1 700 000 €.

Considerando que nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, alterado Lei nº 29/2023, de 04 de julho, o limite de endividamento do município de Vila Real, para o exercício de 2023, aumentou para 40% da margem disponível, ou seja, para 16 246 373,80 €, conforme mapa anexo. **Neste contexto, proponho que a CMVR delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a abertura de procedimento para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo com a seguinte tipificação:**

1. **Finalidade** – Plano de pavimentações de estradas, arruamentos e espaços públicos na cidade e nas zonas rurais
2. **Montante** – até 1 700 000 Euros.
3. **Prazo Global** - 20 anos, a contar da data de Visto do Tribunal de Contas.
4. **Reembolso do Empréstimo:** Prestações semestrais de capital e juros, iguais e sucessivas.
5. **Taxa de Juro:** Indexada à EURIBOR a seis meses na base 360 dias, e fixada de acordo com a **média aritmética simples das cotações diárias do mês anterior** ao período de contagem de juros, tendo o Spread de ser apresentado à milésima.
6. **Período de Carência de Capital** – Trinta meses a contar da data de Visto do Tribunal de Contas ao contrato.
7. **Período de Utilização** – Três anos a contar da data de Visto do Tribunal de Contas ao contrato.
8. **Outras Condições** –
 - 8.1 Possibilidade de reembolso antecipado (total ou parcial) do capital em dívida, sem qualquer penalização, desde que no final de um período de contagem de juros e com aviso prévio mínimo de 30 dias.
 - 8.2 Isenção de quaisquer comissões para a gestão, organização e montagem da operação.
 - 8.3 Não é permitida qualquer cláusula no Contrato de Crédito, com possibilidade de capitalização dos juros de um capital, já vencidos e não entregues (**Anatocismo**), isto é, de se aplicarem juros sobre os juros eventualmente devidos.
 - 8.4 Não é permitida qualquer cláusula no Contrato de Crédito, de tratamento **Pari Passu** das obrigações, encargos ou sujeições emergentes do contrato, com quaisquer outros empréstimos, contratos e obrigações do Município, ou seja, em que o município assegura ao banco que o seu crédito irá estar sempre numa posição igualitária relativamente aos restantes credores.
 - 8.5 Não é permitido introduzir um limite 0 (zero) ao indexante EURIBOR a 6 meses, quando o mesmo for negativo.
 - 8.6 Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
9. **Proposta** -
 - 9.1 Para efeitos do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 220/94, de 23 de agosto, a proposta terá de indicar a Taxa Nominal (Euribor a 6 meses de 4,000% + Spread) e a Taxa Anual Efetiva (TAE), calculadas nos termos deste diploma legal e apresentadas à milésima
 - 9.2 **A proposta** tem de conter o Plano de Pagamentos (amortização e juros) com simulação correspondente às condições apresentadas e considerando como pressuposto a taxa a taxa Euribor a 6 meses na base 360 dias de 4,000%, e a utilização total do capital imediata.
 - 9.3 O Banco fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 90 dias contados da data limite para a sua entrega.

10. **Apresentação das propostas** - As propostas têm de ser apresentadas até às 17H00 do dia 20/07/2023 e o ato público (abertura das propostas) realiza-se pelas 10H00 de 21/07/2023.

11. **Exclusões** – São excluídas as propostas recebidas fora do prazo fixado para a sua apresentação ou cuja análise revele alguma das situações de incumprimento dos requisitos previstos nos pontos 2 a 8.

12. **Critério de adjudicação** - A adjudicação da contratação do empréstimo é feita ao Banco que apresentar a melhor proposta em termos de Spread.

13. Os Bancos convidados a apresentar proposta são os seguintes:

- Caixa Geral de Depósitos
- Banco Santander Totta
- Novo Banco
- Banco BPI
- Millennium BCP
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro
- Bankinter
- Montepio

14. **O Júri do concurso**, com delegação de competências da Câmara Municipal para proceder aos esclarecimentos solicitados, ao ato público, à elaboração do Relatório Preliminar e Audiência Prévia dos Interessados, e ao Relatório Final e escolha do adjudicatário, tenha a seguinte composição:

- **Presidente** - Eduardo Luís Varela Rodrigues (Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro).
- **Vogais Efetivos** - Filipe José Martins Machado (Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial) e Teresa Raquel Carvalho de Queirós (Chefe dos Serviços Jurídicos e de Fiscalização).
- **Vogais Suplentes** – Alcina Maria Cruz Moutinho de Almeida (Chefe dos Serviços de Auditoria Interna) e Maria João da Quinta Figueiredo dos Reis (Técnica Superior- Área de Contabilidade).

15. **Gestor do Contrato e respetivo vínculo à CM**

Filipe José Martins Machado (Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial)”. -----

-----**DELIBERAÇÃO: Aprovar a proposta.** -----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 31 de agosto de 2023». -----

----- **«DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 09/08/2023, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação: -----

-----**ASSUNTO:** - **Relatório de Análise de Propostas do Empréstimo Bancário - Plano de Reabilitação de Arruamentos e Rede Viária nas zonas rurais** -----

- Presente à reunião o Relatório Final do Empréstimo Bancário destinado ao Plano de Reabilitação de Arruamentos e Rede Viária nas Zonas Rurais.

1. O estudo diz respeito á análise das propostas de concurso limitado para a contratação de um empréstimo bancário de longo prazo, aberto por deliberação da Câmara Municipal na sua reunião de 10-07-2023, destinado à “Plano de Reabilitação de Arruamentos e Rede Viária nas zonas rurais”.
2. A tipificação do empréstimo é a seguinte:
 - Montante - € 1.700.000,00;
 - Prazo Global - 20 anos, a contar da data do Visto do Tribunal de Contas;
 - Período de Carência – 30 meses após a data do Visto do Tribunal de Contas;
 - Taxa de Juro Indexante – Euribor a 6 meses;
 - Reembolso em prestações - Prestações semestrais de capital e juros, iguais e sucessivas;
3. Para o efeito, foram convidadas a apresentar proposta as seguintes instituições de crédito: Banco Santander Totta, Banco BPI, Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Trás-os-Montes e Alto Douro, Novo Banco, Bankinter e Montepio, não tendo estas três últimas entidades apresentado propostas;
4. O ato público do concurso realizou-se no dia 21-07-2023, tendo sido abertas as propostas dos concorrentes pela ordem de entrada nos serviços:

Concorrente	
1	Banco Santander Totta, S. A.
2	Caixa Geral de Depósitos
3	Millennium BCP
4	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás- os-Montes e Alto Douro
5	Banco BPI, S.A.

5. A análise das propostas, foi efetuada tendo em consideração as taxas de juro e demais condições apresentadas. Foi elaborada uma simulação das propostas apresentadas, que se anexa ao presente relatório, tendo como pressupostos base a taxa de juro indexante – Euribor a 6 meses na base 360 dias de 4,000% e a utilização imediata e integral do capital. O quadro seguinte reflete os encargos globais inerentes á contratação do empréstimo.

Banco	SPREAD	Juros do Empréstimo	Comissão de Abertura/ Montagem	Outras Comissões	Custo Total do Empréstimo
SANTANDER TOTTA 1º ao 20º ano	1,600%	1 226 833,32	0,00	0,00	1 226 833,32
CGD 1º ao 20º ano	0,410%	944 746,98	0,00	0,00	944 746,98
Millennium BCP					

1º ao 20º ano	1,250%	1 142 730,14	0,00	0,00	1 142 730,14
CCAMTMAD					
1º ao 20º ano	0,850%	1 047 765,79	0,00	0,00	1 047 765,79
BPI					
1º ao 20º ano	0,670%	1 005 437,90	0,00	0,00	1 005 437,90

6. Conforme se pode verificar no mapa resumo, a classificação das propostas é a seguinte:

1º Caixa Geral de Depósitos

2º Banco BPI

3º Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro

4º Millennium BCP

5º Banco Santander Totta

7. Face ao exposto, e após ser efetuada a audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo, somos da opinião que a proposta mais vantajosa para o Município é a apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, ou seja, Taxa de Juro Euribor a 6 meses na base 360 dias mais spread de 0,410%.”-

----- DELIBERAÇÃO: Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal a autorização para a contratação do empréstimo bancário no valor de € 1.700.000,00 à Caixa Geral de Depósitos, conforme relatório da análise de propostas, nos termos os artigos 49º e 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e nº 4 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 7 de setembro de 2023». -----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: Convidava o Senhor Presidente da Câmara para fazer a introdução deste do terceiro ponto, se assim, o pretender. -----

----- **O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente, penso que a informação disponibilizada é suficiente e estamos disponíveis para qualquer esclarecimento e necessário. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Está aberta a discussão, quem quiser usar da palavra faça o favor. -----

---- Dado que ninguém o quer fazer, e, voltando novamente ao Senhor Vice-Presidente se quer acrescentar algo. Não. Passamos de imediato à sua votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada, por maioria,** a contratação de empréstimo bancário de Médio e Longo Prazos junto do Banco CGD até ao valor de € 1 700 000, para financiar o investimento “Plano de Reabilitação de Arruamentos e Rede Viária nas Zonas Rurais”.

Apuramento dos Votos: 37 presenças de 41 membros efetivos.

Contra: 0 Votos.

Abstenções: 2 Votos do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Do CDS-PP 2 votos: Joana Costa Lopes Gonçalves Rapazote e João Luís Marques Rebelo da Silva.

A favor: 35 Votos dos Grupos Parlamentares Municipais do PS, PSD e PCHEGA.

Do PSD 5 votos: Maria João Filomena dos Santos Monteiro, José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo José Armando da Silva Alves, Alina Maria Azevedo Sousa Vaz, Hugo Miguel dos Santos Afonso.

Do Partido Chega 1 voto: Luís Daniel Perdigão Simões.

Do PS 29 votos.

Apresentaram declaração de voto os representantes dos grupos parlamentares municipais do CDS-PP e PS.

----- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP)** agradeceu e disse: Uma vez que a informação facultada aos Deputados, neste ponto, não apresenta informação e detalhe dos projetos que justifiquem o valor do investimento, nem demonstra a necessidade de recurso à banca e, tendo em conta o contexto do mercado, com juros elevados e sem perspetiva de redução imediato, o empréstimo per si, constituirá um encargo global muito elevado para os cofres do Município. -----

---- Estimam-se novecentos e cinquenta mil euros, segundo a simulação do próprio banco. E, aqui apresentada, perfaz dois milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, setecentos e quarenta e sete euros, entre Capital e Juros, com base na taxa real de hoje. -----

---- É, portanto, entendimento do CDS, que o Executivo Municipal, não justificou convenientemente os investimentos e a necessidade de recurso à banca nem os montantes apresentados, sendo que, neste contexto adverso, em que o dinheiro está muito caro, a prudência deve nortear a ação municipal. -----

---- Deve ser dada primazia ao recurso a capitais próprios, como fonte de financiamento e à racional utilização dos escassos recursos financeiros do Município. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a minha declaração de voto será oral, se a Mesa o entender passarei a escrito. -----

---- A Bancada do Partido Socialista vota a favor deste empréstimo porque considera que é um ato de coragem, que num momento particularmente difícil, em que as taxas de juro estão altas e em que o orçamento municipal terá que fazer um sacrifício suplementar, o Executivo Municipal não deixou de investir este valor, a que somará um valor do seu próprio orçamento, para essencialmente promover pavimentações no mundo rural e para que facilite as ligações entre o mundo rural e a Capital do Concelho. Muito obrigado. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e disse: Passamos de imediato à discussão do,

QUARTO PONTO

Aprovar a celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Torgueda, para compartilhar financeiramente “Melhoramento da rua das Flores, da rua da Fraga, da rua da Galega, da rua do Carvalhinho e da rua do Calvário em Meneses, e da Rua da Fonte Ribeira em Farelães”, nos termos da alínea K) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (deliberação da Câmara Municipal de 24 de julho de 2023).

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal.

----- «DRA. TERESA RAQUEL CARVALHO DE QUEIRÓS – CHEFE DE DIVISÃO JURÍDICA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL. -----

----- CERTIFICO que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 24/07/2023, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação: -----

-----ASSUNTO: - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Torgueda – Investimento -----

Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara do seguinte teor:

1. Considerando que a Assembleia Municipal de Vila Real, na sua sessão de 13/10/2020 aprovou a proposta da Câmara Municipal sobre a Transferência de Competências para as Freguesias e a celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas Freguesias, para os efeitos previstos no Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril, e Lei nº 50/2018, de 16 de agosto.
2. Considerando que está prevista na proposta a possibilidade de celebração de Contratos Interadministrativos adicionais com as Freguesias, para a concretização de obras ou investimentos em todos os domínios dos interesses próprios das populações, e que existe uma prática de delegação de competências com resultados positivos.
3. Considerando que o Município de Vila Real, aquando da elaboração das GOP's para 2022, decidiu criar o projeto PAM 2022/A/207, com vista a delegar nas Freguesias do Concelho a realização de investimentos da competência do Município, sob proposta das Freguesias, rentabilizando-se os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização e de cooperação.
4. Considerando que, nos termos do nº 2 do artigo 120º da Lei 75/2013, a negociação, a celebração e a execução dos Contratos Interadministrativos de delegação de competências estão sujeitos ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo.
5. Considerando que a Freguesia de Torgueda manifestou interesse na celebração de um Contrato Interadministrativo adicional, tendo apresentado a proposta para a melhoria das

"Rua das Flores", "Rua da Fraga da Galega", "Rua do Carvalhinho", "Rua do Calvário" em Meneses e "Rua da Fonte Ribeira" em Farelães, que representa um investimento global de cerca de 33 220,55 €, e solicitando ao Município: autorização para realização dos investimentos, por se tratar da competência do Município, e comparticipação nas despesas afetas as obras.

6. Considerando que após a apresentação da proposta foi realizado um trabalho de negociação e avaliação sob a responsabilidade do Gabinete de Apoio às Freguesias e da DEI da Câmara Municipal, tendo-se comprovado os ganhos de eficiência e eficácia na delegação desta competência.

7. Considerando que a celebração dos Contratos Interadministrativos pressupõe a autorização da Assembleia de Freguesia, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 9º e alínea j) do nº 1 do artigo 16º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Nesta sequência, proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea m) do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, conforme alínea k) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de Contrato Interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal na Freguesia de Torquedá para o investimento na "Rua das Flores", "Rua da Fraga da Galega", "Rua do Carvalhinho", "Rua do Calvário" em Meneses e "Rua da Fonte Ribeira" em Farelães, com a comparticipação financeira municipal de 29 898,50 €, conforme minuta em anexo".

MINUTA CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA DE INVESTIMENTOS DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL

Nos termos do artigo 29º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e artigo 120º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o seguinte Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre:

1º Outorgante – Câmara Municipal de Vila Real;

e

2º Outorgante – Freguesia de Torquedá;

que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto

O presente Contrato Interadministrativo tem por objeto a definição do processo de cooperação financeira entre as partes contratantes, no âmbito específico para a realização de obras de melhoramento das "Rua das Flores", "Rua da Fraga da Galega", "Rua do Carvalhinho", "Rua do Calvário" em Meneses e "Rua da Fonte Ribeira" em Farelães, cujo investimento global se estima em 33 220,55 €.

Cláusula 2ª

Período de Vigência do Protocolo

O presente contrato aprovado na sessão da Assembleia Municipal de .../.../... e Assembleia de Freguesia de .../.../..., nos termos da alínea k) do nº 1 do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, produz efeitos a partir do momento da sua assinatura e cessa em .../.../...

Cláusula 3ª

Direitos e Obrigações das Partes

1. *Compete à Câmara Municipal:*
 - a) *Prestar o apoio técnico que eventualmente lhe for solicitado;*
 - b) *Acompanhar a execução física dos trabalhos através dos serviços técnicos municipais;*
 - c) *Garantir a comparticipação financeira e transferir o montante do financiamento constante da Cláusula 4ª.*
 - d) *Ajustar o valor da comparticipação, em função do valor efetivamente realizado.*

2. *Compete à Freguesia de Torgueda:*
 - a) *Exercer os poderes que integram a sua qualidade de dono obra, nomeadamente a gestão administrativa e financeira do projeto;*
 - b) *Promover a realização dos trabalhos e fiscalizar adequadamente a sua execução;*
 - c) *Elaborar a conta final da obra, remetendo à Câmara Municipal cópia dos documentos da despesa, no prazo de 30 dias após a realização da mesma;*
 - d) *Cumprir as orientações técnicas que a Câmara Municipal eventualmente apresentar;*
 - e) *Não afetar a comparticipação recebida a fim diverso do referido na Cláusula 1ª.*

Cláusula 4ª

Instrumentos Financeiros e Responsabilidade de Financiamento

1. *A comparticipação financeira da Câmara Municipal é de 29 898,50 €, e corresponde a percentagem de 90 % do investimento, qual será suportada pela dotação do projeto PAM nº 2022/A/207, com a classificação económica 08.05.01.02.11, classificação orgânica 02 e com o cabimento nº 3245/2023.*

2. *O processamento da comparticipação financeira será efetuado mediante pedido de pagamento formulado pela Freguesia, sendo desbloqueado da seguinte forma:*
 - *50% - a título de adiantamento;*
 - *40% - desde que a execução física seja superior a 75%, validada pelos serviços municipais.*
 - *10% - com envio de conta final, dos documentos de despesa e fotografias demonstrativas da execução do investimento.*

Cláusula 5ª

Resolução do Protocolo

1. *Qualquer dos outorgantes pode resolver o presente Contrato Interadministrativo, perante o incumprimento de alguma das suas cláusulas pela outra parte.*

2. *Caso o incumprimento seja da responsabilidade da Freguesia de Torgueda, a Câmara Municipal terá direito a ser reembolsada de todas as verbas transferidas ao abrigo do presente Contrato Interadministrativo". -----*

----- DELIBERAÇÃO: Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Torgueda para participar financeiramente "melhoramento das Rua das Flores, Rua da Fraga da Galega, Rua do Carvalhinho, Rua do Calvário em Meneses e Rua da Fonte Ribeira em Farelães" nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 31 de agosto de 2023» -----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: Senhor Presidente da Câmara, faça o favor de iniciar a discussão deste ponto. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Eu sublinhava só o seguinte: com aprovação deste ponto, nos últimos nove anos e meio, já são mais de cinquenta milhões de euros que investimos no espaço rural do nosso Concelho. -----

---- Se contabilizarmos tudo o que tem lá sido investido, já chegamos aos cinquenta milhões de euros. -----

---- Muitos cidadãos sublinham que, em regra, se fazem obras na cidade porque elas são mais visíveis e há essa perceção. -----

---- Acontece que essas obras na cidade têm participações comunitárias. E, portanto, por cada euro que a Câmara investe, conseguimos na totalidade investir quatro ou cinco euros. -----

---- No mundo rural, infelizmente, isso não tem acontecido, em muitos empreendimentos e o Município tem feito um esforço do seu próprio orçamento, porque é disso exatamente que se trata, para ir cumprindo aquilo a que se propôs, cumprindo escrupulosamente os compromissos pelos quais os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia foram nas vinte Freguesias eleitos, bem como os Membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de discussão à Assembleia sobre este quarto ponto para quem quiser usar da palavra. -----

---- Não havendo ninguém que queira usar da palavra sobre este ponto e subentendendo que o Senhor Presidente da Câmara não quererá acrescentar mais a este ponto, passaremos de imediato à sua votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada, por unanimidade,** a celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Torgueda.

Apuramento dos Votos: 37 presenças de 41 membros efetivos.

APÓS A ORDEM DO DIA

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Terminado a Ordem do Dia e não havendo qualquer intenção no período Após a Ordem do Dia, eu pediria o favor e passaria a palavra ao Senhor Primeiro Secretário, para a leitura da **minuta da Ata desta Sessão Ordinária**, a qual, após a sua leitura e votação, **foi aprovada por unanimidade**. -----

---- Muito obrigado a todas e a todos, pelo vosso desempenho. Boa noite e bom regresso a vossas casas. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

---- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, eram zero horas e cinco minutos do dia nove de setembro de dois mil e vinte e três. -----

---- A presente ata vai ser assinada, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 57º do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 79º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Real, aprovado na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de junho de dois mil e dezoito. -----

O PRESIDENTE



O PRIMEIRO SECRETÁRIO



A SEGUNDA SECRETÁRIA

